

UNIVERSIDADE ABERTA



Chipre na União Europeia

Uma ilha ainda dividida

Teresinha da Silva Pereira

Mestrado em Estudos Sobre a Europa

2017

UNIVERSIDADE ABERTA



Chipre na União Europeia

Uma ilha ainda dividida

Teresinha da Silva Pereira

Mestrado em Estudos Sobre a Europa

Dissertação de Mestrado orientada pelo Professor Doutor José Fontes

2017

RESUMO

Considerada a terceira maior ilha do Mediterrâneo, a seguir à Sicília e à Sardenha, com uma área total de 9.521 km² e uma população estimada em 1.138.071 habitantes (*WorldFactBook* da CIA para 2012), Chipre viu satisfeito o seu pedido de adesão à União Europeia, apesar de se saber que esta, até então, era “avessa” à entrada de um país dividido e, sobretudo, com a presença de uma Força das Nações Unidas (UNIFICYP).

O conflito em Chipre, conhecido como “a questão de Chipre”, surgiu em 1974, com a invasão da ilha pelas forças militares turcas sob o pretexto de que a comunidade turca aí existente estaria a ser alvo de represálias por parte do governo cipriota grego. Este conflito levou à divisão da ilha em duas partes, uma sob a administração de Nicósia – a República de Chipre – e a República Turca de Chipre do Norte, apenas reconhecida por Ancara.

Apesar da sua entrada na União Europeia, a ilha de Chipre ainda possui o estigma de uma divisão que é o resultado de longos períodos de colonizações.

Por seu turno, a Turquia, cuja mesma pretensão de adesão à União Europeia foi formalizada em 1987, tem visto a mesma ser constantemente adiada, com o veto de Chipre.

Palavras-chave:

União Europeia; Chipre; Grécia; Turquia; Reunificação.

ABSTRACT

Considered the third largest island in the Mediterranean, after Sicily and Sardinia, with a total area of 9,521 km² and a total population estimated of 1,138,071 inhabitants (CIA WorldFactBook for 2012), Cyprus has satisfied its request for Accession to the European Union, even though it is known that the European Union was against the access of a divided country and, above all, with the presence of the United Nations Force (UNIFICYP).

The conflict at Cyprus began in 1974, when Turkish military forces invaded the island under the pretext that the Turkish community at the island had been subjected to pressures by the Greek Cypriot government.

This conflict led to the division of the island: the southern area became under the administration of Nicosia - the Republic of Cyprus - and the northern area under the administration of the Turkish Republic of Northern Cyprus, this one is only recognized by Turkey.

Despite its access to the European Union, the island of Cyprus still has the stigma of a divided island as a result of its the colonization for several centuries.

The agreements of 1960, clearly shows that the Cyprus conflict is not only the problem between the two communities on the island, it is also an international matter which has important effects on political positions of many states. Because of the necessity to provide security and balance of power in the region, the conflict became an international concern with the involvement of external powers.

Although Turkey has formalized its request for accession the European Union, in 1987, it is always vetoed by Cyprus and, for this reason, constantly postponed.

Keywords:

European Union; Cyprus; Greece; Turkey; Reunification.

DEDICATÓRIA

Dedico esta minha Dissertação de Mestrado à minha mãe Teresa que, assim acredito, está algures a olhar por mim, e ao meu pai Sergito, companheiro de uma vida, que sempre me aconselhou a nunca desistir dos meus sonhos. Graças a ele, prossegui os meus estudos e, hoje, vejo mais uma etapa concretizada.

Obrigada, paizão, minha Estrela-Guia!

AGRADECIMENTOS

A ti, Zeca, o meu MUITO OBRIGADA porque sempre me disseste “sim” quando, se calhar, te apetecia dizer “agora, não”. És o meu mano mais velho e está tudo dito! ACABEI, mano!

À Jonas (Maria João), que andou comigo para todo o lado e nunca se queixou, obrigada Amiga. Também contribuístes para este meu sucesso.

Ao meu professor orientador, Professor Doutor José Fontes, agradeço a sua simpatia, paciência, disponibilidade e dedicação que sempre me dedicou.

A todos os professores que me acompanharam ao longo de todo o Mestrado, o meu sincero agradecimento pelo profissionalismo, disponibilidade e dedicação.

Um agradecimento, também, ao Professor José Pedro Teixeira Fernandes, autor do livro que começou por servir de base à minha dissertação “A Questão de Chipre – Implicações para a União Europeia e a Adesão da Turquia”, que prontamente me respondeu às questões que coloquei, inicialmente, sobre o tema em análise. Obrigada pelos diapositivos que me disponibilizou.

À Universidade Aberta, a Instituição de Ensino que me possibilitou fazer este mestrado. Graças a ela, muitas pessoas têm conseguido concretizar as suas licenciaturas e mestrados num sistema de *e-learning* eficaz, atual e *sério* que, de outra forma, seria bastante difícil consegui-lo fazer.

Um BEM-HAJA a todos!

ÍNDICE

RESUMO	I
PALAVRAS-CHAVE:	I
ABSTRACT	III
KEYWORDS:	III
DEDICATÓRIA	V
AGRADECIMENTOS	VII
ÍNDICE DE FIGURAS	XI
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	XIII
I.INTRODUÇÃO	1
II. METODOLOGIA	4
III. JUSTIFICAÇÃO DO ESTUDO	4
IV. LIMITAÇÕES DO ESTUDO	5
V. QUESTÕES E HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO	5
VI.MÉTODO UTILIZADO	5
VII. ESTRUTURA CAPITULAR	6
CAPÍTULO 1 - CHIPRE - DA ANTIGUIDADE À INDEPENDÊNCIA	
1.1 AS ORIGENS DA ILHA DE CHIPRE: OS PRIMEIROS SÉCULOS	15
1.2 DA ANTIGUIDADE HELENO – ROMANA AO DOMÍNIO DE VENEZA	19
1.2.1 A génese cristã	19
1.2.2 O Chipre Bizantino – o apelo de Constantinopla	20
1.2.3 O Cristianismo bizantino e as Cruzadas	20
1.3 Sob um império islâmico – O Império Otomano	26
1.4 A FORMAÇÃO DO NACIONALISMO GREGO	29
1.5 SOB UM IMPÉRIO OCIDENTAL – O IMPÉRIO BRITÂNICO	30
1.5.1 A luta anticolonial	32
1.5.2 As tentativas britânicas na solução do problema	33
1.6 A DESTRUIÇÃO DE UMA HERANÇA CULTURAL	34
CAPÍTULO 2 - A INDEPENDÊNCIA DA REPÚBLICA DE CHIPRE	
2.1 OS ACORDOS DE 1960	43
2.2 A INDEPENDÊNCIA DA REPÚBLICA DE CHIPRE	44
CAPÍTULO 3 - ENTRE A SOBERANIA LIMITADA E A DIVISÃO DA ILHA	
3.1 O CONFLITO DE 1963 – 1964	49
3.2 A PRESENÇA DA <i>UNITED NATIONS PEACE-KEEPING FORCE IN CYPRUS (UNFICYP)</i>	52
3.3 O CONFLITO DE 1967	53
3.4 AS CONVERSACÕES INTERCOMUNITÁRIAS – 1968/1974	54
3.5 OS ANTECEDENTES À INVASÃO TURCA DE 1974	56
3.6 OPERAÇÃO ÁTILA – A INVASÃO TURCA	58

CAPÍTULO 4 - AS TENTATIVAS DE REUNIFICAÇÃO E A INTEGRAÇÃO EUROPEIA DE CHIPRE

4.1 A NOVA ILHA DE CHIPRE	63
4.2 OS ESFORÇOS NA RESOLUÇÃO DA QUESTÃO DE CHIPRE – O PLANO ANNAN	65
4.3 A ADESAO DE CHIPRE À UNIÃO EUROPEIA	67
4.4 IMPLICAÇÕES PARA A TURQUIA	69

CAPÍTULO 5 - A IDENTIDADE NUM PAÍS DIVIDIDO

5.1 A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE E DA IDENTIDADE NACIONAL	73
5.2 O PAPEL SOCIAL DA MEMÓRIA	74
5.3 CHIPRE – UMA DIVISÃO BASEADA NA IDENTIDADE	74
5.4 A IDENTIDADE CIPRIOTA TURCA	75
5.5 A IDENTIDADE CIPRIOTA GREGA	77
5.6 UMA IDENTIDADE CIPRIOTA PARA TODA A ILHA	77
5.7 A ADOÇÃO DE UMA LÍNGUA COMUM	78

CONCLUSÃO	79
------------------------	----

BIBLIOGRAFIA

LIVROS	87
LIVROS ELETRÓNICOS	90
DOCUMENTÁRIOS	91
PÁGINAS ELETRÓNICAS	92

ANEXOS

ENTREVISTA	III
-------------------------	-----

CRONOLOGIA - DA CONQUISTA OTOMANA À ADESAO DE CHIPRE À UNIÃO EUROPEIA	IX
--	----

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1 - Mapa Político de Chipre Divisão da Ilha de Chipre	15
Figura 1.2 - A Ilha de Chipre - Porta da Grécia -Caminho para Roma – Europa	18
Figura 1.3 - Oriente Próximo. Entra a Primeira e a Segunda Cruzadas	22
Figura 1.4 - Porta de Famagusta	25
Figura 1.5 - Muros Vênetos, em Nicósia	25
Figura 1.6 - Mosaicos em <i>Paphos</i>	35
Figura 1.7 - Dionísio e Ariana	36
Figura 1.8 - Mosteiro de <i>Kikkos</i>	37
Figura 1.9 - Catedral <i>Agios Ioannis</i>	37
Figura 1.10 - Igreja Panagia de Kanakaria	39
Figura 2.1 - Proclamação de Chipre como república independente a 1 de Outubro de 1960	45
Figura 3.1 - Primeiro checkpoint no Ledra Palace Hotel no início de 1964	50
Figura 4.1 – Os dois lados de um mesmo país	63
Figura 4.2- Divisão da Ilha de Chipre	64

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AKEL	<i>Anorthotiko Komma Ergazomenou Laou</i> / Partido Progressista do Povo Trabalhador
BSEC	Cooperação Económica do Mar Negro
CEE	Comunidade Económica Europeia
EI	Estado Islâmico
ELDYK	<i>Elliniki Dynamh Kyprou</i> - Forças do exército grego
EOKA	<i>Ethniki Organosis Kyprion Agoniston</i> / Organização Nacional dos Combatentes Cipriotas
KTFD	<i>Kibris Turk Federe Devleti</i> / República Turca de Chipre do Norte ou RTCN
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organisation</i> / Organização do Tratado do Atlântico Norte
OECD	Organização para Cooperação Económica e Desenvolvimento
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização para Segurança e Cooperação na Europa
RTNC	República Turca de Chipre do Norte
TMT	<i>Türk Mukavement Teskilati</i> / Organização de Defesa Turca
TOURDYK	Forças do exército turco (mais tarde dá lugar ao TMT)
UE	União Europeia
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
UNFICYP	<i>United Nations Peace-Keeping Force in Cyprus</i> / Força de Manutenção de Paz das Nações Unidas

INTRODUÇÃO

Atendendo à sua posição estratégica, Chipre foi, desde sempre, objeto de cobiça pelos colonizadores do Mediterrâneo Oriental. O último desses poderes foi a Grã-Bretanha que, ao anexar a ilha em 1914 e tornando-a uma colónia britânica, lhe retirou a influência otomana (turca) que durava desde 1571.

O conflito em Chipre surgiu em 1974, com a invasão da ilha pelas forças militares turcas sob o pretexto de ajuda à comunidade turca aí existente que estaria a ser alvo de represálias por parte do governo cipriota grego. Este conflito levou à divisão da ilha em duas: uma parte sob a administração de Nicósia – a República de Chipre – e outra, apenas reconhecida por Ancara, a República Turca do Norte de Chipre.

A Turquia, que tem sido interlocutora nas conversações entre Ocidente e Oriente, não consegue ver satisfeita a sua pretensão na adesão à União Europeia, por causa do conflito criado na ilha de Chipre.

I. Objetivo da investigação

Considerada a terceira maior ilha do Mediterrâneo, a seguir à Sicília e à Sardenha, com uma área total de 9.521 km² e uma população total estimada em 1.138.071 habitantes (*WorldFactBook* da CIA para 2012), Chipre viu satisfeito o seu pedido de adesão à União Europeia, apesar de se saber que a União Europeia é contrária à entrada de um país dividido e com a presença de uma Força das Nações Unidas (*UNIFICYP*).

Apesar da sua entrada na União Europeia, a ilha de Chipre possui ainda hoje o estigma de uma divisão que é o resultado de longos períodos de colonizações.

Por seu turno, a Turquia, cuja mesma pretensão foi formalizada em 1987, tem visto a mesma ser constantemente adiada, uma vez que é sempre vetada por Chipre.

Este trabalho, que inicialmente começou por ser um projeto em que se pretendia estudar as implicações tanto para a Turquia como para a União Europeia da adesão de Chipre, acabou por se transformar num estudo sobre a divisão da ilha, com o sul ocupado pela comunidade cipriota grega e o norte pela cipriota turca; sobre o modo como ocorreu essa divisão e os seus antecedentes; implicação para os seus habitantes; e a posição que a ilha ocupa na cena internacional.

II. Metodologia

A metodologia adotada neste estudo, assentou, na sua grande parte, numa pesquisa bibliográfica e documental onde procurámos encontrar e confrontar as diversas linhas de argumentação face ao problema que decorre em Chipre, devido à existência de duas comunidades, a cipriota grega e a cipriota turca, tendo já sido proclamada, pelo lado turco, a independência da zona norte de Chipre.

Como qualquer estudo efetuado com base em testemunhos documentais, um dos problemas que pode ocorrer é o de centrarmos a nossa atenção apenas num dos lados da questão, normalmente o lado com que concordamos mais. Procuraremos que isso não aconteça, visitando páginas eletrónicas na busca de testemunhos quer de cipriotas gregos quer de cipriotas turcos, disponíveis na internet.

Iremos abordar a situação atual da ilha em termos políticos, culturais, artísticos e mesmo até turísticos, dando atenção à situação de degradação que apresentam muitas das igrejas, mesquitas e outros monumentos outrora magníficos e que foram objeto de estudo, testemunhos, acima de tudo, da civilização helénica, e que atualmente se encontram destruídos por causa da invasão de 1974.

III. Justificação do estudo

A *Ficha Temática sobre Chipre e a adesão à União Europeia*,¹ constituiu o ponto de partida para o estudo deste tema que tem sido importante para a decisão dos destinos da Turquia com vista à sua adesão à União Europeia:

Embora cumprindo plenamente os critérios políticos e económicos para a adesão, Chipre apresenta uma situação política muito especial: uma parte do seu território encontra-se ilegalmente ocupada por um país terceiro, a Turquia, e autoproclamou-se república independente - não reconhecida internacionalmente - pelo que o processo de paz se encontra num impasse. O início das negociações poderia constituir um estímulo para a resolução do problema; é, pelo menos, essa a posição das instituições da União Europeia, que procuram uma solução pacífica, bem como a participação de representantes da parte setentrional no processo de adesão, o que beneficiaria toda a ilha.

¹ *Ficha Temática sobre Chipre e a adesão à União Europeia*, disponível em http://www.europarl.europa.eu/enlargement/briefings/pdf/1a1_pt.pdf, consultado em 04.03.2016

Apesar dos constantes alertas da comunidade internacional efetuados à Turquia sobre a sua ocupação na ilha de Chipre, o certo é que os mesmos nunca tiveram qualquer efeito, servindo-se a Turquia da sua posição geográfica, situada entre a Europa e a Ásia e com fronteiras comuns com o Médio Oriente, o que, com a sua adesão, traria vantagens económicas para a União Europeia.

IV. Limitações do estudo

Este estudo fica limitado pela pesquisa bibliográfica e documental.

Tentaremos colmatar a impossibilidade de uma viagem a Chipre, com documentos sobre a ilha que iremos solicitar à respetiva embaixada, bem como através do visionamento de documentários existentes no *Youtube* e em páginas eletrónicas relacionadas com a ilha de Chipre, seguindo uma metodologia característica a um estudo exploratório.

V. Questões e hipóteses de investigação

A principal questão que serve de mote para a presente Dissertação de Mestrado, tem a ver com o porquê de ainda não se ter chegado a nenhuma solução na “questão” de Chipre, apesar de todas as conversações que já ocorreram.

Tentando não cair no erro da opção por um dos lados da questão, tentaremos verificar quais os obstáculos que têm contribuído para o insucesso das iniciativas até agora efetuadas para um entendimento naquela que é conhecida internacionalmente como a “questão” de Chipre.

VI. Método utilizado

Atendendo à matéria objeto de investigação e na impossibilidade de uma observação participante, a metodologia adotada foi a da pesquisa documental e do estudo exploratório com recurso a fontes bibliográficas, publicações oficiais de instituições diretamente ligadas à questão, revistas, jornais, vídeos e documentários disponíveis na internet concretamente no *site* de partilha de vídeos, conhecido por “*Youtube*”.

Apesar de estarmos perante um método em que somos levados a ler muita informação, acabamos por gastar muito tempo com “desinformação” que nem sempre é a mais viável e que até se torna inútil para o nosso estudo servindo apenas para nos baralhar.

No entanto, no caso concreto, a verdadeira dificuldade foi encontrar publicações redigidas em português, tendo-se o nosso estudo apoiado na língua inglesa, francesa e espanhola.

VII. Estrutura capitular

Iniciamos o estudo com os primórdios de Chipre, abordando as primeiras colonizações até um dos momentos mais dramáticos que o país viveu: a invasão das forças turcas, em 1974.

No primeiro capítulo, “**Os Antecedentes de Chipre**”, foi feita uma pesquisa histórica sobre os primeiros habitantes da ilha e posteriores invasores e conquistadores que ali permaneceram e a influenciaram até aos dias de hoje.

Chipre sempre foi uma projeção de tudo o que acontecia na Grécia. E não foi diferente em relação ao sentimento nacionalista que cresceu entre os cipriotas gregos após a sua anexação pela Grã-Bretanha.

O apelo à liberdade, à autodeterminação e ao desejo de união com a Grécia tornava-se uma realidade que, no entanto, não era aceite pela administração britânica, levando à criação de movimentos nacionalistas defensores da *enosis* (a união com a Grécia).

Como consequência, surgiram motins e levantamentos populares contra o governo britânico que deram lugar a movimentos nacionalistas criados pelos cipriotas gregos defensores da *enosis* (a união com a Grécia) pela libertação do domínio britânico.

A comunidade cipriota turca, que sempre se manteve fora desta contenda, reagiu quando verificou que os seus direitos na ilha começavam a ficar ameaçados.

É com a colonização britânica que se inicia o conflito entre as duas maiores comunidades da ilha.

A 30 de junho de 1955, representantes da Grécia e da Turquia foram convidados pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros inglês, Harold Mcmillan, a estarem presentes numa Conferência Tripartida que teria lugar em Londres. A Conferência foi um fracasso e

o seu resultado foram os motins e distúrbios que ocorreram, logo de seguida, em Tesalónica e na Turquia.

Nem polícia nem exército fizeram qualquer esforço para travar os revoltosos ou proteger as propriedades gregas, dos saqueadores. Era o fim das relações cordiais greco-turcas que existiam desde 1930 e o começo do êxodo, de Istambul e das ilhas de Imbros e Tenedos, dos gregos nacionais da Turquia e dos cidadãos turcos de origem grega.

Em finais dos anos de 1950, os Turcos tinham criado um grupo paramilitar, fundado por Rauf Denktash, o *Turk Mukavement Teskilati*/Movimento de Defesa Turco (TMT), cujo objetivo era defender a comunidade turcocipriota e os seus líderes e promover a sua política separatista na ilha.

Na ilha de Chipre passa a haver dois grupos nacionalistas: a EOKA que luta pela *enosis*, e o TMT que luta pelo *taksim*.

Iremos abordar neste capítulo a arte nas mesquitas e igrejas, outrora magníficas e demonstrativas da riqueza das diversas civilizações que povoaram a ilha de Chipre e que, fruto das pilhagens que ocorreram com a invasão de 1974, se encontram destruídas, abandonadas e esquecidas. Objetos retirados de variados locais de Chipre, povoam a Europa com a aprovação ilegítima de muitos colecionadores. São tesouros retirados aos seus locais de origem que jamais ali regressarão.

O capítulo II irá incidir sobre os acordos que conduziram à independência de Chipre.

Em fevereiro de 1959, Evangelus Averoff e Fatin Zorlu, Ministros dos Negócios Estrangeiros da Grécia e da Turquia, respetivamente, reuniram-se em Zurique, para chegarem a um acordo em que Chipre pudesse tornar-se independente mas partilhada por cipriotas gregos e cipriotas turcos.

Foram assinados os Acordos de Zurique-Londres² entre os três Estados-garante, Grã-Bretanha, Grécia e Turquia, e os representantes das comunidades cipriota grega e cipriota turca.

² Estes acordos consagram um projeto para a independência da ilha. Estipulam a proibição de Chipre de se tornar membro de qualquer Organização Internacional ou Pacto de Aliança se os Estados-garante dela não fizerem parte do mesmo.

Com a adoção de uma Constituição ³ e a assinatura de três Tratados – o Tratado de Garantia, o Tratado de Aliança e o Tratado de Estabelecimento que começaram a vigorar no mesmo dia, em 16 de agosto de 1960, Chipre alcançou, finalmente, a independência.

A Constituição de 1960, viria a tornar-se bastante problemática atendendo a que os cipriotas gregos não acolheram com muito agrado a implementação de medidas constitucionais com as quais não concordavam porque achavam injustas e irrealistas. Por sua vez, os cipriotas turcos insistiam, inicialmente, na implementação dessas mesmas medidas uma vez que estas lhes eram favoráveis.

Relativamente aos três Tratados, no Tratado de Garantia estipulava-se que os três Estados-garante deviam assegurar à República de Chipre independência, integridade territorial e segurança; já o Tratado de Aliança dispunha que a Grécia e a Turquia teriam um contingente militar estacionado na ilha constituído, respetivamente, por 950 e 650 elementos;⁴ com o Tratado de Estabelecimento, a Grã-Bretanha preservava as bases militares na ilha sobre as quais iria manter o controlo. Podemos constatar que todos os tratados se encontravam interligados.

Após a assinatura dos Tratados, a Grã-Bretanha transferiu a soberania que, até então, tinha exercido sobre a ilha, para as duas comunidades: cipriota grega e cipriota turca.

O Capítulo III é dedicado aos principais conflitos ocorridos em Chipre, de 1963 até ao mais recente, a invasão turca ocorrida em 1974.

A independência não trouxe à ilha um ambiente mais calmo. Uma série de incidentes em torno dos artigos básicos da Constituição minou todo o processo de construção do Estado.

Tanto a Constituição como os Tratados tinham como principal objetivo a salvaguarda da igualdade de direitos das duas comunidades, proporcionando um equilíbrio entre ambas, bem como entre as pátrias-mãe, de maneira a que nenhuma ficasse numa posição económica ou política mais favorável em relação à outra. No entanto, e apesar disso, era a própria Constituição que dividia a ilha: classificava os cidadãos como sendo

³ A 16 de agosto de 1960, o Tratado que confere a independência a Chipre é assinado pelo Arcebispo Makarios (representante da comunidade cipriota grega e que mais tarde será o primeiro Presidente de Chipre), por Sir Hugh Foot (o último governador britânico de Chipre) e por Fazil Küçük (eleito Vice-Presidente). Os 48 artigos da Constituição não podiam ser alterados exceto se houvesse acordo de ambas as comunidades.

⁴ *Cyprus, A Historical Sketch.*, Press and Information Office, Republic of Cyprus, 2004

gregos ou turcos; previa a existência de dois idiomas oficiais, o grego e o turco; apesar de haver uma bandeira nacional (cipriota), as bandeiras grega e turca podiam ser hasteadas sem qualquer impedimento; os feriados nacionais da Grécia e da Turquia deviam ser celebrados na ilha; eram realizadas eleições em separado para os diferentes cargos. Ou seja, mesmo que a intenção fosse a união da ilha, a própria Lei Fundamental tratava de a dividir.

Em dezembro de 1963, após três anos de tensões e de esforços infrutíferos para estabelecer um Estado e uma ordem constitucional que funcionasse, assistiu-se à completa rutura constitucional e à erupção de violência.

O orgulho nacionalista associado aos interesses estratégicos e a uma complicada Constituição, tornaram-se demasiado complicados para a nova república.

Cipriotas turcos e cipriotas gregos acusavam-se mutuamente de nunca terem sequer tentado fazer com que a Constituição funcionasse. A leitura que os turcos faziam da Constituição, era a de que esta se baseava na existência de duas comunidades e não de uma maioria e de uma minoria, contrariamente ao que os gregos defendiam.

Atendendo à complexidade do tema, Makarios propôs treze emendas à Constituição com vista a “remover os obstáculos que impedem o eficiente funcionamento e desenvolvimento do Estado”. Esta proposta foi colocada em prática com o apoio do Alto Comissariado Britânico, que considerou que a mesma possuía uma “base razoável para discussão”. O resultado, no entanto foi catastrófico: as emendas propostas foram, de imediato, recusadas primeiro pela Turquia e, mais tarde, pelos líderes cipriotas turcos, já aliados às políticas de Ankara para a divisão da ilha. O vice-presidente cipriota turco considerou a Constituição acabada, argumentando que as duas comunidades não conseguiam trabalhar juntas.

O ambiente na ilha, tornou-se tenso e volátil com uma série de pequenos incidentes que acabaram em confrontos entre as duas comunidades, ajudadas por elementos externos às mesmas, e cuja ocorrência mais grave se verificou a 21 de dezembro de 1963, com inúmeras perdas civis e várias situações de reféns de ambos os lados, ficando o Natal desse ano conhecido como “Natal Sangrento”.

Sob a ameaça de invasão por parte da Turquia, o Presidente Makarios decidiu colocar o assunto à consideração das Nações Unidas.

Em resposta, e contrariando a Turquia, a 4 de março de 1964, o Conselho de Segurança da ONU adotou a resolução 186,⁵ na qual se estabelecia que o governo de Chipre devia tomar as medidas adicionais necessárias para acabar com a violência e derramamento de sangue devendo as comunidades de Chipre e seus líderes agir com moderação. Recomendava, ainda, a criação de uma Força de Manutenção da Paz da ONU, com o intuito de preservar a paz internacional e evitar a repetição dos combates. De acordo com os governos da Grécia, Turquia e Reino Unido, deveria ser também nomeado um mediador da ONU cuja missão era tentar promover uma solução pacífica para o problema enfrentado em Chipre. Esta resolução foi aprovada por unanimidade.

A 26 de dezembro de 1964, estabeleceu-se uma força conjunta composta por tropas britânicas e oficiais dos contingentes grego e turco sob o comando britânico do Major-General Young e a 29 de dezembro foi acordado o cessar-fogo tendo sido estabelecida uma zona neutra ao longo da linha de cessar-fogo.

Esta linha, denominada Linha Verde (por ter sido desenhada num mapa com um marcador de cor verde), divide a cidade de Nicósia em duas zonas distintas – uma zona cipriota grega e outra cipriota turca, e é patrulhada por uma força conjunta de manutenção da paz composta quase exclusivamente pelo contingente britânico.

A 21 de abril de 1967, na Grécia, Grivas (que entretanto regressou à ilha) colocou em prática um golpe militar, estabelecendo um ponto final no governo democrático e impondo uma ditadura militar, a Junta Grega.

Com o regresso de Grivas, as tensões incentivadas por elementos nacionalistas, tanto na Grécia como na Turquia, elevaram-se a um nível máximo. Grivas tinha o apoio total das fações ultranacionalistas da Junta Militar na Grécia.

O Presidente Makarios, dentro do possível, tentou afastar-se do conflito mudando a sua posição em relação à causa da *enosis* e defendendo, dali para a frente, um Chipre independente. Esta mudança de opinião de Makarios ficou a dever-se aos acontecimentos ocorridos com o conflito de 1963-1964.

Entre 1971 e 1974, Makarios e Rauf Denktash, líder da comunidade cipriota turca, tentaram encontrar uma solução para a questão cipriota. Ambos fizeram concessões que se traduziram numa melhoria da qualidade de vida dos cipriotas turcos.

⁵<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/211/44/IMG/NR021144.pdf?OpenElement>, [05.02.2016].

A relação de Makarios com a Junta Grega deteriorava-se a cada minuto e, no outono de 1973 ocorreu novo golpe militar, agora em Atenas, surgindo uma nova Junta ainda mais radical do que a anterior.

A tomada de posse desta nova Junta Grega, levou a que alguns cipriotas gregos mais extremistas se opusessem a qualquer acordo que pudesse existir entre as duas comunidades. Durante cinco dias, após a tomada de posse de Nicos Sampson, ex terrorista da EOKA, viveu-se um cenário de autêntico horror em Chipre, com a luta travada entre os cipriotas gregos. Sampson prometeu acabar com todos os cipriotas turcos em 48 horas e declarar a *enosis*.⁶

No dia 15 de julho de 1974, a Frente Nacional, liderada por oficiais gregos e por Nicos Sampson, ocupou o Palácio Presidencial e todas as emissoras de rádio. O real objetivo deste ato era derrubar o governo e anexar Chipre, mas foi justificado com a necessidade de proteção da comunidade turca.

O golpe de Estado foi conseguido e Sampson foi colocado no lugar de Presidente.

No meio do enorme caos que o dava como morto, o Arcebispo Makarios foi ajudado pela resistência contra a Junta Militar grega, fugindo de helicóptero através da base britânica no sul da ilha, de onde viajou de avião para a Grã-Bretanha.

O capítulo 4 pretende encontrar a importância da adesão de Chipre à União Europeia e a influência que esta pode ter para a adesão da Turquia.

Formalmente, as negociações de Chipre para a adesão à União Europeia, iniciaram-se em 1998. No entanto, em junho 1990, o grupo cipriota grego já tinha solicitado, unilateralmente, a adesão do Governo de Chipre à então Comunidade Europeia, com a oposição dos cipriotas turcos que consideravam esse pedido ilegal em virtude de não existir uma representação conjunta nem um acordo comum nesse sentido.

Na realidade, o acesso de Chipre à União Europeia, tal como se encontrava a situação no terreno, colocava um dilema à comunidade internacional: se por um lado havia o problema étnico, que só poderia ser resolvido com negociações entre as duas comunidades, por outro, existia o problema jurídico que tinha a ver com a existência de uma federação e com as divergências sobre a sua legitimidade.

No entanto, ainda se mantêm as dúvidas sobre se a entrada de Chipre na União Europeia foi o melhor no que ao seu conflito interno diz respeito. Sabemos que em matéria

⁶ <http://www.cypnet.co.uk/ncyprus/history/republic/makarios-speech.html>, [05.02.2016].

de integração, foram cumpridas todas as condições económicas por parte de Chipre, tendo-se mostrado a divisão da ilha sempre um obstáculo.

Enquanto a situação se mantiver, não é permitido ao governo de Chipre envolver-se em questões de política externa, de segurança e de defesa com a União Europeia.

Mesmo assim, e após um processo moroso, o Tratado de Adesão à União Europeia de Chipre foi assinado a 1 de maio de 2004.

CAPÍTULO I

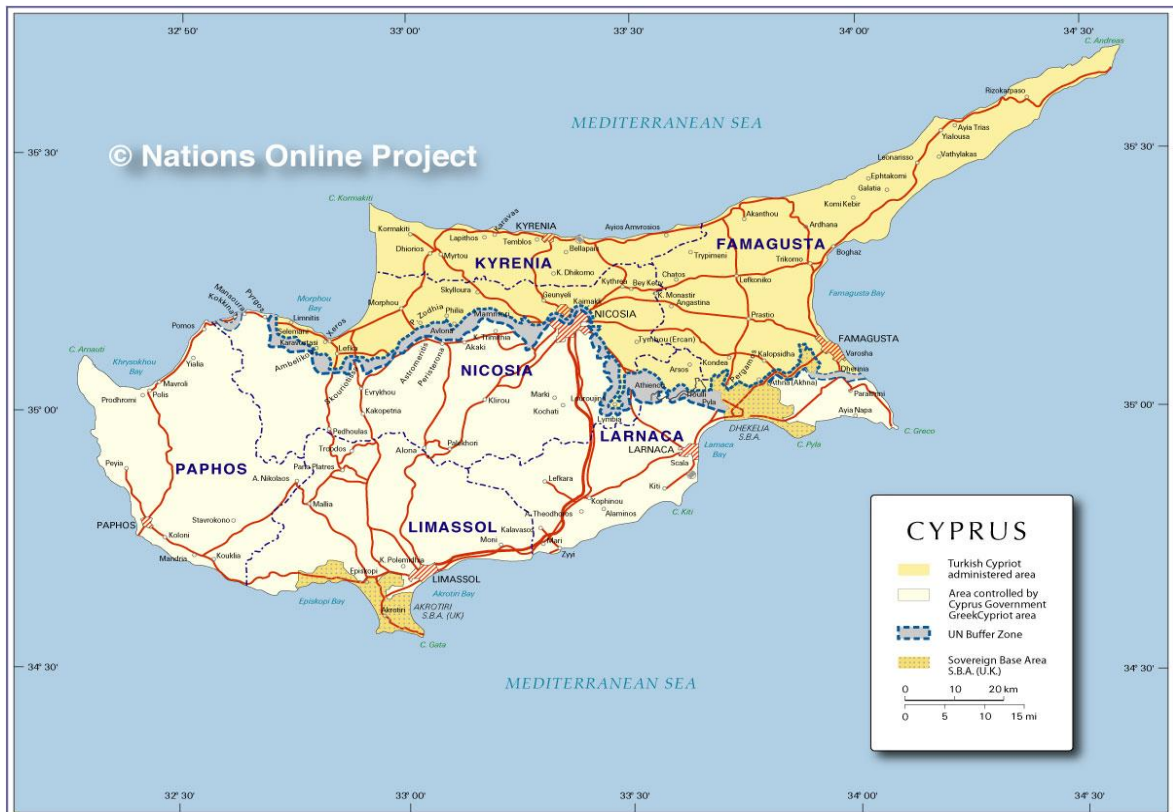
CHIPRE

DA ANTIGUIDADE À INDEPENDÊNCIA

1.1 As origens da Ilha de Chipre: os primeiros séculos

“O problema de Chipre não é a falta de história, mas, antes, a esmagadora presença e influência da história” *

Figura 1.1 Mapa Político de Chipre ⁷



O Mar Egeu, assim o chamavam os gregos antigos devido às suas enormes ondas que mais pareciam escudos (*aegis*), repleto de pequenas e grandes ilhas, é uma região que desde o século VII a.C. tem atraído os mais diversos povos.

⁷ http://www.nationsonline.org/oneworld/map/cyprus_map2.htm [07.07.2016]

* Papadakis, Yiannis; Peristianis, Nicos & Welz, Gisela (eds). 2006. *Divided Cyprus: Modernity, History, and an Island in Conflict*.

É difícil saber-se ao certo qual a origem da Ilha de Chipre. Se para uns ela é a Joia do Mediterrâneo, para a mitologia grega ela constitui o berço de Afrodite, a deusa do amor e da beleza.

A história provou e continua a provar que a localização geográfica de qualquer território é importante. No caso de Chipre, essa localização permitiu que diversos poderes políticos controlassem os acontecimentos no Mediterrâneo Oriental, tornando a história de Chipre uma história de ocupações.

Situada no extremo oriental do mar Mediterrâneo, ponto de cruzamento entre o Médio Oriente, o norte de África e a Europa, a ilha de Chipre possui uma posição geográfica estratégica que, desde sempre, a fez ser alvo de *cobiça* de povos e nações.

Os primeiros vestígios de civilização datam do período Neolítico, época em que a ilha também aparece pela primeira vez na história da civilização.

Através de achados arqueológicos, podemos constatar que Chipre já existia e era habitada na Idade da Pedra. Alguns artefactos pertencem mesmo a culturas civilizadas, mas que culturas eram essas, ainda ninguém conseguiu determinar com uma certeza absoluta.

Fértil nos dois minérios mais procurados na Antiguidade, o ferro e o cobre,⁸ que acabaria por lhe dar o nome, Chipre com os seus 9.251 quilómetros quadrados de extensão constitui a terceira maior ilha do Mediterrâneo (a seguir à Sicília e à Sardenha).

Cronologicamente, a história da ilha abrange diversos períodos:

- Desde o período pré-histórico de 7.000 a.C. até à Idade do Bronze;
- Dos tempos de Homero, quando Afrodite, Deusa do amor incondicional e da beleza, se *espraiou* nas areias da ilha, até à chegada dos micénicos que espalharam o helenismo na região, em 1.200 a.C.;
- Os assírios, de 709 a 660 a.C.;
- Os egípcios, de 546 a.C a 506 a.C.;
- Fenícios e persas, de 545 a 333 a.C.;
- Alexandre, o Grande, e os ptolomaicos, de 332 a.C. a 58 a.C.;
- Romanos, de 58 a.C. a 330 A.D.;
- Bizantinos, de 330 A.D. a 1191 d.C.;

⁸ Em grego *Kypros* e em Turco *Kıprıs*.

- Em 1192, Ricardo, Coração de Leão, conquista a ilha, iniciando-se o domínio franco e dos Lusignan, de 1192 a 1473;
- Venezianos, de 1473 a 1570;
- Otomanos, de 1570 a 1878;
- Britânicos, de 1878 a 1960;
- De 1960 em diante os cipriotas têm sido donos do seu destino na conquista por uma paz duradoura.

O Período Neolítico (8200 a.C. – 3900 a. C.) marcou o povoamento ao longo do litoral norte e sul da ilha. Muitos historiadores defendem que os primeiros habitantes cipriotas chegaram à Ilha de Chipre por barco, provenientes de outras regiões do Mediterrâneo, regiões que são hoje conhecidas por Turquia, Grécia, Líbano e Síria.

Vestígios arqueológicos mostram que eram muito utilizados pratos de pedra tendo surgido, depois do ano 5000 a.C., a cerâmica.

A Idade do Carvão (3900 a.C. – 2500 a.C.) significou a transição entre a Idade da Pedra e a Idade do Bronze. Por esta altura a população concentrava-se na parte ocidental da ilha.

Durante a Idade do Bronze (2500 a.C. – 1050 a.C.) a exploração do cobre trouxe alguma riqueza à ilha originando trocas comerciais com a população do Próximo Oriente, Egipto e Egeu (para quem Chipre era conhecida como Alásia).

No século XII a.C., durante o Bronze Recente,⁹ aí se estabeleceram os gregos micénios, oriundos da península balcânica.

Da Idade do Bronze até aos nossos dias, foram vários os povos que por ali passaram deixando, de alguma forma, a sua marca: micénios, dórios, sírios, fenícios, egípcios, persas, romanos, árabes, bizantinos, cruzados ingleses, franceses, venezianos, genoveses, otomanos, gregos e turcos.

Chipre foi conquistada, invadida e colonizada de forma pacífica, negociada e, por último, objeto de oferta, mas sem nunca perder o vínculo ao mundo grego.

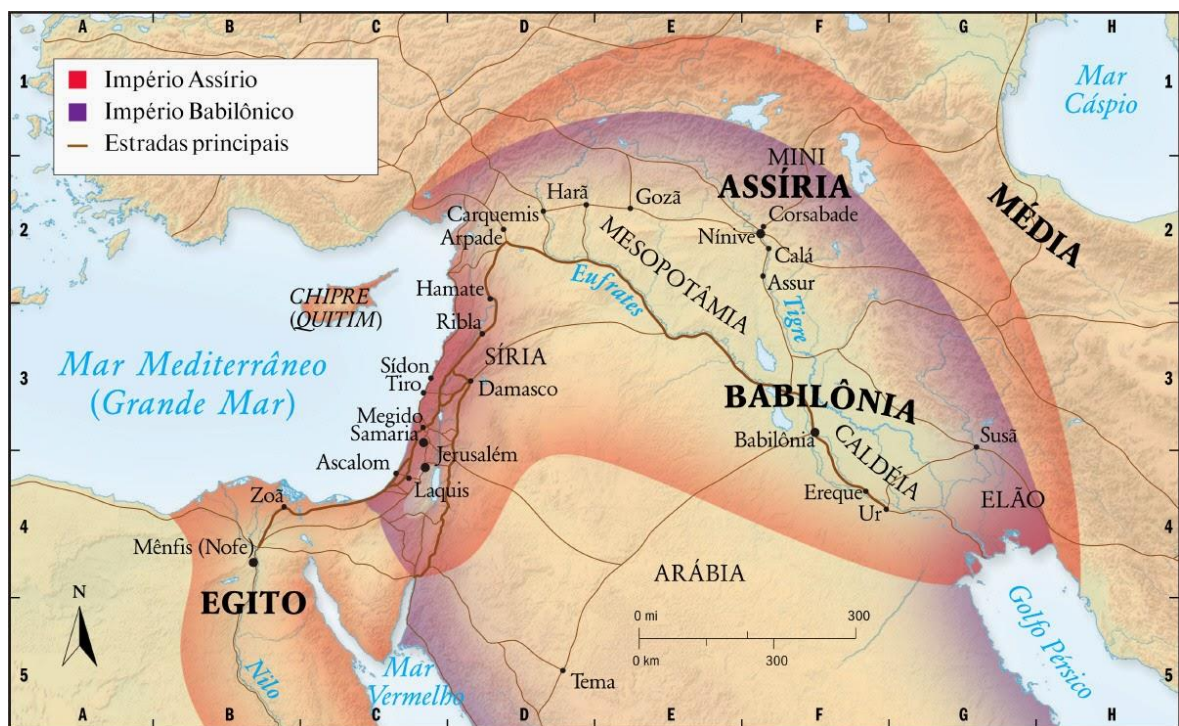
⁹ Idades do Bronze no Egeu:

- Bronze Antigo – 3000 a.C / 2000 a.C.
- Bronze Médio – 2000 a.C. / 1550 a.C.
- Bronze Recente – 1550 a.C. / 1100 a.C.

As diversas ocupações da ilha impossibilitaram o povo cipriota de desenvolver uma herança cultural comum, levando a um estado contínuo de adaptação ao mais novo poder dominante. Por seu lado, os diversos poderes dominantes, aí chegados, estavam mais interessados em projetar os seus próprios interesses na região.

Aquela que é a verdadeira essência que nos faz pertença de uma nação, caracterizada pela herança cultural, pelos usos e costumes comuns, nunca foi verdadeiramente sentida pelo povo cipriota, habituado a *acomodar-se* numa *aceitação voluntária* dos valores impostos pelos recém-chegados. Sente-se, no entanto, alguma superioridade moral e étnica dos cipriotas gregos para com os cipriotas turcos. Aqueles, consideram-se descendentes dos micénicos, povo que espalhou o helenismo, que habitou a ilha nos séculos 13 e 12 a.C., e a quem se deve o dialeto, a religião, os usos, costumes e tradições ainda hoje presentes em Chipre.

Figura 1.2 - A Ilha de Chipre - Porta da Grécia - Caminho para Roma - Europa



<https://angelinawittmann.blogspot.pt/2015/04/arquitetura-do-neolitico-ao-romanico.html> [28.02.2017]

1.2 Da Antiguidade heleno – romana ao domínio de Veneza

1.2.1 A génese cristã

Durante o Período Romano (30 a.C.– 330 d.C.) o trabalho missionário de S. Paulo e de S. Barnabé levou à conversão do procônsul Sergius Paulus, tornando Chipre no primeiro território a ser governado por um cristão.

No decurso dos anos de 332 d.C. e 342 d.C. diversos terremotos destruíram *Paphos* e *Salamina*, as duas mais importantes cidades do país, levando a que no local de *Salamina* fosse construída *Constância*, a nova capital da ilha. Esta, é uma época caracterizada pela paz, em que o Cristianismo é difundido e implementado, e de grande prosperidade para a ilha com as suas produções a serem exportadas para todos os territórios.

No ano de 313 d.C., Constantino Augusto, imperador romano do Ocidente, e Licínio Augusto, imperador romano do Oriente, reuniram-se em Milão e assinaram aquele que se tornou um dos principais documentos da época: o Édito de Milão. Este édito estabeleceu a liberdade de religião no Império Romano colocando fim às perseguições que eram efetuadas a grupos religiosos, sobretudo aos cristãos. Mais tarde, em 325, o Imperador Constantino convoca aquele que é o primeiro concílio ecuménico. Neste encontro, que decorreu em Niceia, na atual Turquia, a igreja cipriota também se fez representar. O objetivo principal desta representação era a autonomia da Igreja de Chipre até então subordinada ao Patriarcado de Antioquia, na Síria, e que acaba por ser conseguida em 692 no *Concilium in Trullo*,¹⁰ transformando a Igreja de Chipre numa igreja autocéfala (autónoma).

No ano de 478 d.C., durante o Período Bizantino, em virtude da importância que o Cristianismo assume, o Imperador *Zenon* decide conceder ao arcebispo da Igreja de Chipre direitos e privilégios que apenas eram detidos por Imperadores e pelos patriarcas de Constantinopla e de Jerusalém: o direito de usar o cetro imperial de ouro e prata, poder assinar o nome a tinta vermelha e andar identificado. O arcebispo passava a constituir o *etnarca* de Chipre, “*o que lhe conferia, para além da sua jurisdição religiosa, uma jurisdição civil sobre toda a ilha*”.¹¹

¹⁰ FERNANDES, José Pedro Teixeira; *A QUESTÃO DE CHIPRE, IMPLICAÇÕES PARA A UNIÃO EUROPEIA E A ADESÃO DA TURQUIA*, Edições Almedina, Coimbra, outubro 2008.

¹¹ FERNANDES, José Pedro Teixeira; *A QUESTÃO DE CHIPRE, IMPLICAÇÕES PARA A UNIÃO EUROPEIA E A ADESÃO DA TURQUIA*, Edições Almedina, Coimbra, outubro 2008.

1.2.2 O Chipre Bizantino – o apelo de Constantinopla

Com a divisão do Império Romano, ocorrida com a morte de Teodósio I, em 395 d.C., a ilha ficou sob o domínio do Império Romano do Oriente cuja capital se localizava em Bizâncio.

Cidade vital para as trocas comerciais, Bizâncio ligava o Mar Mediterrâneo ao Mar Negro e a Europa à Ásia. Renomeada de Constantinopla, em honra do imperador Constantino I, a nova capital aliava a organização urbana de Roma à arquitetura e arte gregas. Em pouco tempo a cidade tornou-se numa das mais movimentadas e cosmopolitas da sua época.

Sob Justiniano I, o último grande imperador romano, o Império Bizantino estendeu-se por diversos territórios como Marrocos, Cartago, sul de França, Itália e as suas ilhas, Península Balcânica, Anatólia, Egipto, Oriente Próximo e Península da Crimeia, no Mar Negro, transformando-o no império dominante do Mar Mediterrâneo.

Apesar dos persas e árabes tratarem os bizantinos por “*romanos*”, tanto a língua como a religião e cultura eram essencialmente gregas e não romanas. Os bizantinos por seu lado, consideravam-se romanos preferindo mesmo que os tratassem por “*rominoi*” que em grego significava “*povo grego cristão em cidadania romana*”. Apesar dos seus antecessores gregos não serem cristãos, os bizantinos, ainda assim, consideravam-nos seus antepassados, sendo esta uma forma de justificarem tanto a sua cidadania romana quanto a sua herança ancestral grega.

1.2.3 O Cristianismo bizantino e as Cruzadas

Após a separação do lado Ocidental, e sob o governo de Justiniano, o Império Bizantino assistiu a um grande desenvolvimento recuperando as áreas anteriormente conquistadas pelos povos germânicos.

Em termos religiosos, é com Justiniano, no ano de 478, que surge aquele que ficou conhecido como o “Primeiro Cisma da Igreja Católica” com o Patriarca de Roma a excomungar o Patriarca de Constantinopla, o líder religioso oriental.

Considerando-se herdeiro do Império Romano, o Império Bizantino sonhava com a possibilidade de fixar a sede papal em Constantinopla, deixando, assim, de estar subordinado ao Patriarcado Romano.

Nesta contenda, Justiniano optou por apoiar o Patriarca de Constantinopla levando à separação das Igrejas Ocidental e Oriental e à conseqüente formação da Igreja Católica Romana (anterior Igreja Ocidental) e Igreja Católica Ortodoxa (anterior Igreja Oriental).

Em matéria de administração, e à semelhança daquilo que já vinha acontecendo desde o Imperador Constantino I (que oficializou o Cristianismo como sendo a religião do Império Romano), o Imperador exercia tanto o poder secular como o poder religioso, possuindo os mesmos direitos dos membros do clero e administrando as doutrinas e a sociedade cristã.

A Igreja passou a estar subordinada ao Estado e o Imperador passou a ser considerado o representante de Deus na terra.

Após a morte de Justiniano e com o intuito de restaurar o Império, a dinastia Heráclida (610 – 711), através de Heráclio (610 – 641), reorganizou o exército. Para tanto, aumentou os tributos às populações originando insatisfação, indignação e agitação entre as mesmas. Ainda sob Heráclio o latim é trocado pelo grego, língua que se torna oficial, e o título de Imperador é substituído pelo de Basileu, que em grego significa Rei.

As dinastias e os anos seguintes foram de guerra, marcados por ataques islâmicos, agitações militares, reconquistas.

Apesar das tentativas de resistência, os problemas religiosos, econômicos e militares só cresciam. Uma nova expansão do Império só se voltou a verificar nos anos de 976 a 1025, sob o reinado de Basílio I, que iniciou a Dinastia Macedônica.

No ano de 1071, a conquista de Jerusalém pelos turcos (muçulmanos) deu início à perseguição e assassinato de peregrinos cristãos que ali se deslocavam, bem como ao desrespeito e profanação de lugares santos.

Perante tais atrocidades, o Papa Urbano II decidiu encorajar os cristãos do ocidente à guerra e convocou senhores feudais, bispos e a população em geral para uma expedição à Terra Santa (Jerusalém) com o objetivo de a reconquistarem. Como símbolo, estes “soldados de Cristo” escolheram pintar uma cruz vermelha nas roupas, passando a ser conhecidos como *Cruzados*. Tratava-se, como se aprende nas aulas de História, de um gênero de guerra, santa, empreendida pelos católicos contra os muçulmanos, que não só dominavam Jerusalém como também outras regiões consideradas sagradas pelos cristãos do Oriente Médio e que iria durar 175 anos.

Figura 1.3 – Oriente Próximo. Entra a Primeira e a Segunda Cruzadas



By MapMaster - This file was derived from Near East 1135

<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=24988238>

Durante a Terceira Cruzada, Chipre foi conquistada por Ricardo, Coração de Leão, rei de Inglaterra e Senhor de metade da França, que, posteriormente, a vendeu a Guy de Lusignan, o deposto rei de Jerusalém.

A Dinastia dos Lusignan, originária de França, permaneceu na ilha, agora “batizada” de Reino de Chipre, até 1474, altura da conquista por Veneza.

Como a maioria dos habitantes era grega, Guy Lusignan, Senhor de Chipre, decidiu assegurar a presença latina na ilha transferindo francos e sírios cristãos vindos do seu antigo reino em Jerusalém. A eles se juntaram cruzados do oeste a quem foram distribuídos feudos que anteriormente pertenciam à aristocracia grega e à igreja.

Durante todo este Período Franco (1192 – 1489), período de reinado de Guy Lusignan, prevaleceu na ilha um sistema feudal tendo a Igreja Católica substituído a Igreja Ortodoxa. Em 1196, é criado, pelo Papa, o Arcebispado de Nicósia e são nomeados os três bispados sufragâneos¹² de *Paphos*, Limassol e Famagusta.

A Igreja Ortodoxa Grega, por seu lado, manteve-se completamente autónoma, com o seu arcebispado e os seus catorze bispados sufragâneos.

Por esta altura, o clero latino viu-se confrontado com muitas dificuldades organizacionais o que levou a que solicitassem a ajuda Papal.

Em meados do século XIII, as relações entre a Igreja Latina e a Igreja Grega não eram as melhores. Os Papas argumentavam não ser possível a coexistência canónica de dois bispos e clérigos numa cidade, pretendendo que os clérigos cipriotas fizessem um juramento de obediência ao papado. Sendo a maioria da população Ortodoxa Grega, esta pretensão resultou em disputas nas práticas religiosas locais.

A Quarta Cruzada (1202 – 1204), organizada pelo Papa Inocêncio III, foi a que mais impacto teve em toda a história da Época Medieval. Tratou-se de uma cruzada que, além de ser financiada pelos comerciantes venezianos liderados pelo Doge Enrique Dandolo, se afastou grandemente do seu objetivo já que o que ocorreu foi a conquista da cidade húngara de Zara, que viria a tornar-se um enclave veneziano, e o saque de Constantinopla com o conseqüente enfraquecimento do Império Bizantino.¹³

Blanc, no seu livro, refere:

¹² Bispado sufragâneo é o bispo ou bispado sujeito a um metropolitano; que depende de um superior *in* Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP) em <https://www.priberam.pt> [24.10.2016].

¹³ PHILLIPS, Jonathan; *La cuarta cruzada y el saco de Constantinopla*, 1ª Ed. Barcelona, Crítica, S.L., 2005.

O historiador britânico Steven Runciman, especialista nas Cruzadas, considera que a Quarta Cruzada foi o maior de todos os crimes contra a humanidade. Ela não só acarretou a destruição ou extravio de todos os tesouros do passado que Bizâncio tão ciosamente acumulara e feriu de morte uma civilização ainda ativa grandiosa, constituindo também uma gigantesca asneira política.

(Blanc, 2016:86)

A esse respeito, em 2004, o Papa João Paulo II apresentou um pedido de desculpas a Bartolomeu I, patriarca ecuménico de Constantinopla, pelos massacres cometidos pelos católicos contra os cristãos ortodoxos.

No início do século XV o poder de Lusignan acabou por decair devido à fome que grassava o país. As pragas que ocorriam e os inúmeros ataques efetuados pelos mamelucos egípcios,¹⁴ bem como os sempre crescentes privilégios atribuídos aos estados italianos, Veneza e Génova, sempre feitos à custa de tributos que eram lançados sobre os habitantes da ilha, levaram ao empobrecimento e desgaste da população.

A última rainha da linhagem Lusignan, Catarina Cornaro, viu-se forçada a renunciar e a ceder os seus direitos aos venezianos.

No ano de 1489, ano em que Veneza anexou formalmente Chipre, iniciou-se o Período Veneziano (1489-1571).

Neste período, a ilha de Chipre era considerada o último bastião contra o Império Otomano. Os venezianos ergueram enormes muros em Famagusta e alteraram os limites de Nicósia mais para dentro das paredes fortificadas como forma de defesa para o caso de surgirem ataques dos otomanos. São exemplos dessas construções as Paredes de Nicósia ou Muros Vênetos, uma série de muros que circundam a cidade de Nicósia, e a Porta de Famagusta.

¹⁴ Em árabe *mamluk*, significa soldado de uma milícia turco-egípcia, originariamente formada por escravos in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa *online* em <http://www.priberam.pt/dlpo/mameluco> [25-10-2016].

Figura 1.4 – Porta de Famagusta



<http://www.wolffchronicles.com/> [28.02.2017]

Figura 1.5 – Muros Vênetsos, em Nicósia



<http://www.wolffchronicles.com/> [28.02.2017]

A política unitária¹⁵ defendida pelo Vaticano, forçou a população ortodoxa a converter-se à Igreja Católica. Por esta altura, várias igrejas latinas encontravam-se estabelecidas em Famagusta, Nicósia e *Paphos*, transformando Chipre na zona mais importante do catolicismo, no leste.

Em 1260, o Papa Alexandre IV promulgou a *Bulla Cypria*.¹⁶ Nesta Bula, o Arcebispo Latino era nomeado chefe supremo de todos os grupos religiosos (Latinos e Ortodoxos) da ilha. Foi o início de uma latinização forçada perante a qual a Igreja Ortodoxa também se encontrava subordinada mas à qual, muito devido à sua resistência, acabou por sobreviver.

O legado latino levou às relações diretas de Chipre com o mundo católico ocidental mas também com o Levante Muçulmano (região que abrange os atuais Síria e Líbano). Sobretudo a presença veneziana sublinhou a importância geopolítica de Chipre em termos de relações comerciais com o Leste. Já quanto à influência latina, o resultado foi um legado notável de monumentos de arquitetura gótica, dos quais se destacam o Castelo de Santo Hilário (a norte de Chipre), o Castelo *Kolossi* (em Limassol), o Castelo de *Buffavento* e o Castelo de *Kantara*, ambos a norte de Chipre.

1.3 Sob um império islâmico – O Império Otomano

Em meados do século XVI, o Império Otomano já havia conquistado toda a parte sudeste da Europa e garantia o controle de todo o Mediterrâneo oriental.

Em 1570, o sultão Selim II ordenou a invasão da ilha de Chipre.

Sob o comando de Lala Mustafa Pasha e após um breve cerco, as forças otomanas conquistaram Nicósia. Famagusta que, entretanto, se encontrava sitiada, acabou por se entregar passado um ano, em agosto de 1571. O domínio otomano iria durar até ao ano de 1878.

A conquista Otomana alterou as estruturas políticas e demográficas da ilha. Os senhores francos e italianos foram expulsos e as propriedades feudais que lhes pertenciam

¹⁵ Unitarismo: a Santa Sé (o Vaticano) rejeitava a divisão das igrejas e apenas reconhecia a Igreja Católica no leste. Mais tarde, em 1990, o Vaticano acaba por abdicar desta política.

¹⁶ *Bulla Cypria* – outorgada em 1260 pelo Papa Alexandre IV, foi considerada a Magna Carta do alto clero grego de Chipre. Esta subordinava os bispos gregos aos seus homólogos latinos, garantindo-lhes, simultaneamente, a sua permanência com alguma autonomia.

foram distribuídas pelas Igrejas Ortodoxas da ilha e pelos muçulmanos recém-chegados.

Uma segunda medida importante adotada foi o reconhecimento da Igreja Ortodoxa como única e legítima instituição cristã na ilha. Desta forma e sob a soberania otomana, a Igreja Ortodoxa viu restaurado e consolidado o seu poder, passando a constituir um intermediário entre o Sultão e os assuntos ortodoxos de Chipre. Já a nobreza feudal Latina, foi substituída pelo poder eclesiástico da Igreja e pela oligarquia militar otomana.

Com a conquista otomana, novos colonos Turcos, provenientes da Anatólia, chegaram à ilha, uns de livre vontade e outros através de transferências forçadas. Para além destes, entre três a quatro mil soldados otomanos e oficiais que participaram na ocupação de Chipre, acabaram por permanecer na ilha ao invés de regressarem ao continente juntando-se-lhes, posteriormente, as famílias. Outros, ainda, acabaram por contrair matrimónio com mulheres locais. Compunham, também, estes novos colonos, criminosos que eram deportados para a ilha para assim ficarem afastados dos centros de poder.

Surgiram novas aldeias compostas por uma maioria muçulmana fiel à sua tradição, cultura, crença islâmica, mas também católicos que acabaram por se converter ao Islão. Esta, constituía a população cipriota.

A maioria dos historiadores cipriotas gregos considera que esta povoação efetuada pelos otomanos já era uma tentativa de islamização da ilha.

Neste período, cipriotas gregos e cipriotas turcos entendiam-se e coexistiam pacificamente.

O *millet* foi a forma de governação adotada para todos os territórios aonde houvesse uma confissão religiosa diferente da do Islão. Este sistema definia e separava as identidades em função das crenças religiosas de cada um, obedecendo e seguindo aquele que era o pensamento político clássico islâmico, tendo por base a *Xária*, *Seriat* em turco (Fernandes, 2008).

Os indivíduos eram divididos em dois grupos principais: os verdadeiros crentes (os muçulmanos) e, como refere Fernandes (2008), os *dhimmi* (em árabe) ou *zimmi* (em turco) – palavra normalmente traduzida como *protegido* – que constituíam os cristãos arménios e os judeus.

Este sistema de governação, o *millet*, proporcionou às minorias religiosas do Império Otomano (as *outras religiões do Livro*: os cristãos ortodoxos, os arménios, os

católicos, os judeus) alguma autonomia na gestão dos seus assuntos internos, com privilégios e obrigações específicas.

Cada *millet* encontrava-se sob a supervisão de um líder, geralmente um patriarca religioso, que respondia perante o sultão otomano.

Mais que uma islamização da ilha, motivo apontado sobretudo por historiadores gregos e cipriotas gregos, a política otomana através do *sürgun*¹⁷ tinha como objetivo assegurar uma forma de vida ao excedente da população da Anatólia (Fernandes, 2008), garantindo não só a posse da ilha, de onde muitos tinham desertado, mas também a manutenção da mesma com o seu cultivo e exploração.

Se para uns a conversão ao Islão era obrigatória, durante a ocupação otomana, para outros tratou-se de uma maneira de evitar os pesados tributos a que estavam sujeitos os não-crentes, o que justifica que a maioria da população seja muçulmana de origem grega.¹⁸ No entanto, estas pessoas preservavam a sua crença agindo de acordo com as circunstâncias com que se deparassem: professando o Islão em público e em privado o cristianismo. Eram os cristãos secretos ou cripto-cristãos que ficaram conhecidos, em Chipre, por *linobamboki*, peça de vestuário feita com dois lados diferentes, um em linho e o oposto em algodão e que era usado conforme as temperaturas que se fizessem sentir.

Fernandes (2008), identifica toda esta forma de agir de acordo com a classificação das diversas identidades, sustentada pelo sociólogo Manuel Castells, na qual se insere a *identidade de resistência*. Este conceito refere-se à identidade que é criada pelo indivíduo que se encontra estigmatizado e numa situação de inferioridade perante a sociedade em que se encontra inserido, de modo a poder tirar vantagens com essa identidade. É o caso dos grupos sociais étnicos e religiosos que não são reconhecidos pelo Estado.

Apesar de tudo, os altos cargos do Império Otomano eram ocupados por gregos convertidos ao Islão, situação que não se verificava com nenhum elemento dos outros povos não-gregos dos Balcãs, romenos, sérvios, búlgaros. A seguir aos turcos, os gregos eram o povo com maior importância económica e cultural dentro do Império.

Para além dos camponeses e das elites religiosas que viram a sua situação social ficar melhorada, também a burguesia grega era beneficiada com este *helenoturquismo*.¹⁹

¹⁷ O *sürgun* era a deportação de população para outros locais.

¹⁸ *The Historic Evolution on The Turkish-Cypriot Community and The Cryptochristians* disponível em <http://www.greece.org/heco1/www/projects/cyprus/TCHistory.htm> [02.11.2016].

Os latinos, ou italianos (venezianos e genoveses), durante o século XVI, viram afastados os seus privilégios comerciais e aduaneiros a favor dos comerciantes gregos, estes, agora, com tributos ou impostos muito mais reduzidos.

1.4 A formação do nacionalismo grego

No século XVII, surgiu uma elite grega enriquecida, sobretudo dentro do patriarcado eclesiástico, cujos elementos se converteram em mecenas da cultura grega, os *fenariotas* (ou *fanariotas*), nome dado em virtude do Bairro de *Fener* (farol) local onde vivia a maioria desta elite e onde se encontrava o patriarcado ecuménico. De acordo com Ramon (2005) os *fenariotas* incluíam gregos descendentes de romenos e albaneses que, durante a queda do Império Otomano, exerceram funções diplomáticas e políticas ascendendo às mais altas esferas do Estado Otomano.

No final do século XVII assiste-se à decadência do Império Otomano e ao surgimento, um pouco por toda a Europa, dos ideais nacionalistas.

Em Chipre, no *millet* grego, a classe manufactureira e comercial sempre atenta aos seus interesses étnicos e económicos, começou a fomentar a ideia do nacionalismo grego.

Novas formas de organização administrativa, tais como cooperativas e corporações, começaram a aparecer agrupando pequenos proprietários agrícolas, mineiros e comerciantes de inúmeras cidades. Intermediários imprescindíveis nas relações económicas entre o Império Otomano e as restantes nações, os comerciantes gregos fomentaram as suas relações com a França, a Inglaterra e a Rússia ortodoxa, um dos inimigos do Império.

Em finais do século XVIII, setenta e cinco por cento do comércio do Império Otomano com o ocidente era controlado pelos comerciantes gregos, aumentando a influência destes nas relações para com os outros povos dos Balcãs e com toda a Europa central.

¹⁹ Conceito criado por Dimitri Kitsikis que definia o helenoturquismo como sendo a ideologia do partido oriental desde o século XV, que exprimia a sua preferência pelo elemento turco, face ao inimigo absoluto que representava o elemento franco, a saber o Ocidente, in http://realpolitikmag.org/wp/index.php/2015/06/05/a-grecia-entre-a-regiao-intermedia-e-o-ocidente/#_ftn1 [02.11.2016].

Esta ascensão económica favoreceu as altas esferas da Igreja Ortodoxa sobretudo os *feneriotas* que, assim, exerceram o seu domínio sobre todas as comunidades gregas.

Ideologicamente, a religião e a procura das raízes helénicas ocupavam o pensamento da população grega do Império, num sentimento de comunidade nacional.

No último quartel do século XVIII, a conjuntura histórica proporcionou o aparecimento de um movimento intelectual dirigido por Konstantinos Rigas (ou Rhigas) ²⁰ cujo objetivo era derrotar o Sultão e proclamar uma república euro-asiática a que o próprio Rigas chamou de *República Helénica*. Esta república teria uma Constituição semelhante à Constituição Francesa de 1793.

Os ideais defendidos pela Revolução Francesa, da soberania da Nação, dos Direitos do Homem, da cidadania laica e igualitária (Fernandes, 2008), passaram fronteiras e chegaram ao Império Otomano com a primeira sublevação grega a ocorrer na ilha de Chipre, em março de 1821. Era o fim do sistema teocrático do *millet*. Era a defesa de um ideal pouco, ou nada mesmo, compreendido pelos otomanos, pois não se fundava em textos religiosos nem se lutava por Alá ou pelo Deus dos cristãos. Em seu lugar defendia-se a soberania da “Nação”.

1.5 Sob um império ocidental – O Império Britânico

Em finais do século XIX, o interesse demonstrado pela Europa em relação a Chipre tinha a ver com a sua localização estratégica em relação ao canal Suez.

Por esta altura, era visível o desmoronamento do Império Otomano, agora conhecido como *o homem doente da Europa*.²¹

As potências estrangeiras mais fortes estabeleciam reivindicações com os territórios perdidos pela Sublime Porta (nome atribuído ao Império Otomano).

Se aos Russos interessavam os Estreitos Turcos (Dardanelos e Bósforo), à França interessava a ilha de Chipre como trampolim para as províncias otomanas do Médio Oriente e do Norte de África. Já à Grã-Bretanha também interessava Chipre como porto de

²⁰ Kontantinos Rigas (1760-1798) foi um poeta grego e revolucionário considerado o precursor do patriotismo grego moderno.

²¹ Eric Solsten, *Cyprus: A Country Study* (Washington: GPO, 1991) disponível na página eletrónica <http://countrystudies.us/cyprus/10.htm> [13.11.2016].

partida e porto de armas para a rota marítima de e para a Índia.²² Quanto aos alemães, embora interessados nas ilhas de Creta e Rodas, pretendiam adquiri-las de maneira pacífica.

Todo este interesse manifestado pelas diversas potências europeias no Mar Mediterrâneo, para além das próprias questões económicas a ele inerentes, tinham também como principal objetivo impedir a expansão da Rússia para o Mediterrâneo Oriental, naquela que ficou conhecida como a Questão Oriental.

Após a aquisição do Canal Suez,²³ em 1875, e a proclamação da Rainha Vitória, em 1876, como Imperatriz da Índia, os britânicos tinham todo o interesse em proteger o Mediterrâneo e em se estabelecerem na ilha de Chipre. Para o efeito, lançaram uma política dupla apoiando o Império Otomano contra o expansionismo russo, por um lado, e tomando o controlo de Chipre, por outro, o que lhes possibilitava o controlo do Médio Oriente e da passagem para a Índia, bloqueando qualquer tentativa de entrada no Mediterrâneo Oriental por parte de qualquer outra potência mais forte.

Com o objetivo de lidar com a nova política e realidade territoriais, geradas a partir da derrota otomana na guerra russo-turca de 1877-1878 e da celebração do Tratado de Paz de *San Stefano*, bem como evitar um conflito mundial, o chanceler alemão Otto Von Bismarck reuniu-se em Berlim, a 13 de março de 1878, com os dirigentes das cinco grandes potências europeias, da Turquia e dos países dos Balcãs.

Nesta conferência, o sultão otomano Abdülhamid solicitou o apoio dos britânicos que acederam mas, em troca, exigiram ficar com a administração da ilha de Chipre. Mais tarde, em 1914, esta será mesmo anexada pela Grã-Bretanha quando o Império Otomano se alia à Alemanha e ao Império Austríaco contra a França, Grã-Bretanha e Rússia.

Em 1923, com o Tratado de Lausanne,²⁴ a República da Turquia, governada por Mustafa Kemal,²⁵ renuncia a todos os direitos que tem sobre Chipre tornando-se esta, em 1925, uma colónia britânica.

²² FERNANDES, José Pedro; *A questão de Chipre: implicações para a União Europeia e a adesão da Turquia*, Edições Almedina.SA, Coimbra, 2008.

²³ Canal do Suez: <http://www.suezcanal.gov.eg/sc.aspx?show=8> [13.11.2016].

²⁴ Tratado de Lausanne https://wwi.lib.byu.edu/index.php/Treaty_of_Lausanne [19.11.2016].

O Tratado de Lausanne, tratado de paz assinado em 24 de julho de 1923, reconheceu a nova República da Turquia como sucessora do extinto Império Otomano. Este tratado anulou o Tratado de Sèvres, de 1920.

²⁵ Mustafa Kamal http://www.turkishconsulategeneral.us/abtturkey/cypr/hist_rep.shtml [19.11.2016].

As alterações introduzidas pela administração britânica levaram a grandes transformações estruturais nas esferas social, política e económica de Chipre o que ajudou a fomentar o crescimento da *enosis* (união de Chipre com a Grécia).

A tradicional autoridade da autocéfala Igreja de Chipre que, no *millet* do Império Otomano, não só ocupava a posição de líder espiritual dos cipriotas gregos enquanto cristãos ortodoxos, mas também a de chefe civil da *éthnos* grega (nação), era agora desafiada por novas leis, instituições e processos. Esta dualidade conferia ao Arcebispo de Chipre o título bizantino de *ethnárhis* (etnarca ou chefe da nação) e era mal entendida, ou mesmo aceite, pelos britânicos, cuja separação entre o poder da igreja e o Estado era, e continua a ser nos nossos dias, secular.

As novas políticas britânicas desafiaram a Igreja de Chipre sobretudo em três campos:

- campo político – ao estabelecerem um Conselho Legislativo e Executivo e uma nova Constituição (1882) incentivaram o aparecimento de uma nova elite urbana como entidade política;
- plano económico – os impostos e tributos deixaram de reverter para a Igreja;
- por último, no campo da educação – ao tentarem retirar a educação da influência da Igreja, apesar de não o terem conseguido fazer.

Estas alterações estruturais provocaram a separação da Igreja Ortodoxa do processo governamental levando-a a retomar o seu papel tradicional de defensora do nacionalismo grego e expoente máximo da *enosis*.

Sob o domínio britânico são criadas novas escolas, praticamente uma em cada aldeia, dando trabalho a muitos professores; os transportes e as comunicações também são melhorados com a abertura de novas estradas ligando Larnaca a Nicósia e alcatroamento das restantes; as redes telefónicas também sofrem alterações, com ligações disponíveis entre as principais cidades e as aldeias mais afastadas, sobretudo nas áreas rurais que outrora se encontravam isoladas das zonas mais povoadas. Podemos afirmar que, de uma maneira geral, as reformas britânicas melhoraram os padrões de vida na ilha.

1.5.1 A luta anticolonial

A chegada da administração britânica a Chipre foi interpretada pelos cipriotas gregos como sendo um primeiro passo para a concretização da união da ilha com a Grécia,

a *enosis*. A população tomava como exemplo o que antes tinha acontecido com as Ilhas Jónicas conquistadas a Napoleão, em 1814, e cedidas à Grécia em 1864. Era natural que o mesmo acontecesse a Chipre, era o que todos os cipriotas gregos esperavam.

Quando Wolseley ²⁶ chegou à ilha, em 22 de julho de 1878, o Bispo de *Kition*, ²⁷ Kyprionos, no seu discurso de boas-vindas, fez questão de sublinhar que a população grega contava com a ajuda da administração britânica na concretização da *enosis*:

"We (Greeks) accept the change of the government, because we believe that Great Britain will eventually help Cyprus, just like with the Ionian islands, unite Cyprus with mother Greece".²⁸

Por outro lado, da parte da população cipriota turco-muçulmana não havia uma grande oposição à administração britânica, já que, e como refere Fernandes (2008), esta era entendida pelos turcos como constituindo um contrapeso face às pretensões da maioria helénico-cristã.

1.5.2 As tentativas britânicas na solução do problema

Atendendo às raízes e cultura gregas da esmagadora maioria da população, associada à pressão e poder da Igreja de Chipre, era natural e até inevitável que surgisse um movimento de libertação.

Este desejo e sentimento dos cipriotas foi mesmo apoiado por Winston Churchill que, em 1907, afirmou ser natural que as pessoas de Chipre, sendo descendentes dos gregos, procurassem defender com fervor os interesses da pátria mãe.

Na década de 1950, as reivindicações pela *enosis* resultaram numa onda de violência comandada pela Organização Nacional dos Combatentes Cipriotas (*EOKA*), ²⁹ movimento cipriota grego cuja missão era lutar pela independência de Chipre, retirando-a do domínio britânico, e pela sua eventual união à Grécia.

²⁶ Sir Garnet Joseph Wolseley (1833-1913) – foi nomeado Alto-comissário para a administração britânica da ilha de Chipre - https://www.revolvy.com/topic/Sir%20Garnet%20Joseph%20Wolseley&item_type=topic [20.11.2016].

²⁷ Kition era o nome histórico dado à atual cidade de Larnaca, situada na costa sul de Chipre.

²⁸ https://en.wikipedia.org/wiki/History_of_Cyprus_since_1878 [20.11.2016].

²⁹ *EOKA - Ethniki Organosis Kyprion Agoniston*.

Liderado pelo coronel Georgios Grivas, também conhecido como *Dighenis*,³⁰ oficial do exército grego de origem cipriota, e apoiado por cerca de 2.000 soldados, o grupo manteve como principal zona de guerra as áreas urbanas de Chipre, sobretudo as cidades de Limassol, Famagusta, Larnaca e Nicósia.

Bombardeavam edifícios públicos e atacavam os cipriotas gregos e britânicos que fossem contra a *enosis*.

A partir de abril de 1955, até à independência de Chipre em 1960, e sempre com o total apoio de Michael Mouskos, mais conhecido como Makarios III, o carismático Arcebispo de Chipre e futuro Presidente da República, as campanhas de guerrilha do *EOKA* contra a Grã-Bretanha foram constantes chegando esta organização a ser considerada pelas autoridades britânicas como uma ameaça à segurança pública. O Reino Unido, por seu lado, destacou cerca de 30.000 soldados para combater o *EOKA*. Números apontam um total de 3.000 mortos no conflito sendo 500 deles militares britânicos.

A população turca que, até aí, nunca tinha manifestado qualquer reação ao domínio colonial, foi instigada pelos britânicos a rever e defender os seus direitos na ilha.

Numa tentativa de frustrar as ambições da comunidade grega, o governo britânico acabou por explorar a presença da minoria turca na ilha procurando a ajuda da Turquia numa tentativa de obstruir o curso natural dos acontecimentos na ilha.

Como resultado e em resposta à *enosis* dos cipriotas gregos, os turcos começaram a defender o *taksim*, ou desejo pela divisão da ilha em duas partes e união com a Turquia da parte destinada à comunidade turca.

No final da década de 1950 é criada a Organização Paramilitar Turca de Defesa (TMT), por Rauf Denktash, destinada a controlar a comunidade cipriota turca e promover a política de partição da ilha, o *taksim*.

1.6 A destruição de uma herança cultural

Com uma história peculiar que tem a ver com a sua posição geográfica, Chipre possui uma das mais ricas e diversificadas heranças culturais.

Ali floresceram civilizações importantes das quais podemos destacar a assíria, bizantina, egípcia, hebraica, minoica, otomana, persa, fenícia e romana, resultando a sua

³⁰ Dighenis Akritas - lenda Bizantina que repeliu os invasores do Império Bizantino durante a Idade Média.

intersecção, comunicação e influência naquela que é uma das maiores e mais rica herança cultural.

Conhecida como sendo *o berço de Afrodite*, a deusa da beleza e do amor, a ilha possui um património edificado testemunho da riquíssima herança grega e turca e de tradições históricas que fazem da pequena ilha um centro cultural de excelência.

O mosaico é uma das formas de arte testemunho dessa herança cultural e que podemos encontrar em Chipre. A sua técnica, cujos motivos são criados com a ajuda de pequeninos quadrados de pedra, mármore, e vidro com cores vibrantes, chamados *tesselas*, marcou fortemente a identidade artística de Chipre.

Numerosos artistas cipriotas contemporâneos fizeram os seus estudos no estrangeiro e foram influenciados por diversas formas de arte do mundo inteiro, aí encontrando inspiração tanto ao nível espiritual como mitológico e religioso. Todos, elementos que podemos encontrar na arte do mosaico cipriota.

Figura 1.6 – Mosaicos em Paphos



Fonte: UNESCO, <http://whc.unesco.org/en/list/79> [14.01.2017]

A arte do mosaico teve o seu apogeu na época bizantina, mais concretamente entre os séculos III e VI a.C. A predominância da civilização cretense, por seu lado, deu lugar a uma arquitetura prodigiosa.

Ornando os muros e estendendo-se por muitos quilómetros ao longo dos passeios, os pavimentos, também eles com mosaicos, testemunham a importância artística espiritual e religiosa de Chipre durante este período.

Nomeada pela UNESCO Património da Humanidade (e Capital Europeia da Cultura em 2017), *Paphos* é considerada até hoje um dos mais importantes centros de mosaicos do mundo romano, já que aí podemos encontrar o mosaico mais antigo que se conhece.

No século III a.C., *Paphos* era a cidade onde se encontravam as melhores casas da ilha de Chipre, pertencentes a governadores e nobres romanos.

Todas elas possuíam o pavimento em mosaicos maravilhosos que descreviam cenas da mitologia grega, representando deuses, heróis e as atividades do dia-a-dia.

Muitas dessas casas só muito recentemente foram descobertas, nos últimos cinquenta anos, sendo as cinco mais conhecidas: a *Casa de Dionísio*, a *Casa de Teseu*, a *Casa de Agion*, a *Casa Orfeus* e a *Casa das Quatro Estações*.

Figura 1.7 – Dionísio e Ariana



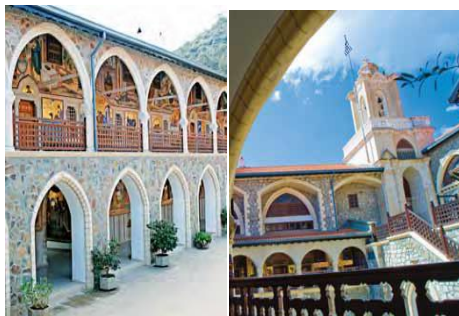
Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Paphos#/media/File:Dyonisos_Paphos_mosaic.jpg
[14.01.2017]

Para além da mitologia grega, a influência bizantina também se encontra bem visível por toda a ilha, sobretudo nas igrejas e mosteiros localizados nas montanhas de *Troods*, também elas classificadas pela UNESCO como Património da Humanidade. De todos, o Mosteiro de *Kikkos* é o mosteiro Cristão Ortodoxo mais conhecido.

Fundado em 1100 e dedicado à Virgem Maria, o Mosteiro de *Kikkos* possui um dos três ícones que são conhecidos e atribuídos a São Lucas. Possui um museu que é parte integrante do mosteiro onde se encontra uma valiosa coleção de ícones, vasos sagrados, manuscritos e antiguidades cipriotas.

Os frescos, pintados entre os séculos XI e XIV, fazem destas igrejas e mosteiros verdadeiros museus de arte iconográfica e religiosa.

Figura 1.8 – Mosteiro de Kikkos



Fonte: http://www.visitcyprus.com/files/Cyprus_10000_ebrochure/Cyprus_10000_years_of_history_10-2015_EN.pdf [14.01.2017]

Infelizmente e atendendo aos diversos raides árabes que ocorreram na ilha no período compreendido entre 648 e 649 d.C, o património arquitetónico medieval bizantino ficou reduzido, praticamente todo, ao domínio eclesiástico.

Nicósia, a atual capital de Chipre e a única cidade dividida em duas partes, tornou-se um dos maiores centros culturais do Mediterrâneo Oriental. A história da cidade remonta à Idade do Bronze. Aí encontramos a arquitetura gótica de *estilo francês*, trazida para a ilha durante o reinado dos Lusignan (1190 a 1489), transformando Nicósia numa capital esplêndida, com palácios reais e igrejas, cujo melhor exemplo é a Catedral *Agios Ioannis* na parte grega da cidade, com frescos magníficos pintados em cores vibrantes.

Figura 1.9 – Catedral Agios Ioannis



Fonte: <http://www.cyprushighlights.com/en/2012/05/14/agios-ioannis-cathedral-within-the-walls-nicosia-2/> [14.01.2017]

A contemporânea Nicósia combina o passado histórico com a vivacidade de uma cidade moderna. O centro da cidade, rodeado por muralhas do século XVI, com museus, igrejas antigas e edifícios medievais, mantém a atmosfera de lazer do passado.

Fora das muralhas é a cidade moderna que palpita com os seus confortos contemporâneos numa ilha que outrora foi guardiã dos mais belos monumentos das civilizações antigas e que, hoje, é conhecida internacionalmente sobretudo pela sua *questão/problema*.

O lado obscuro da herança cultural de Chipre não é novo. Tem a ver com a comercialização e exportação de importantes tesouros pertencentes única e exclusivamente a Chipre.

Até ao advento do domínio britânico, a indiferença dos conquistadores, a pobreza dos habitantes, e a inexistência de leis, permitiram a vários caçadores de fortuna e assaltantes de túmulos acumular um espólio arqueológico de valor incalculável, vendendo-o a diversos museus estrangeiros. No entanto, estes saques não se comparam à destruição cultural ocorrida após a invasão das tropas turcas em julho de 1974.³¹

Após a invasão turca, na zona ocupada do norte de Chipre, todas as igrejas ou mosteiros ortodoxos foram alvos de uma sistemática destruição e pilhagem de toda a arte sacra, manuscritos, evangelhos, frescos, esculturas em madeira, de todo e qualquer tesouro que aí se encontrava.

Muitos objetos de expedições arqueológicas, peças de exibição em museus e antiguidades provenientes de coleções privadas, foram ilegalmente exportados para a Europa. A destruição e a comercialização de antiguidades cipriotas, acontecem em grande escala e de forma organizada, apoiadas pelo exército turco e pelo regime ocupante, lucrando, também eles, com essas mesmas pilhagens.

Muitas igrejas, após o seu esvaziamento, foram transformadas em barricadas, estábulos ou até sanitários. Outras foram simplesmente destruídas ou transformadas em mesquitas.³²

Por outro lado, as zonas de interesse arqueológico em Chipre que escaparam à destruição, foram deixadas ao abandono, à mercê da natureza e dos danos causados pelo

³¹ *Antiquities of Cyprus, Victims of Invasion*: <http://www.greeknewsline.com/antiquities-of-cyprus-victims-of-invasion/> [14.01.2017].

³² *The destruction of the cultural heritage of Cyprus by Turkey*: <http://www.greeknewsline.com/video-gallery/> [14.01.2017].

passar do tempo, negligenciadas e sem cuidados. Os seus proprietários sentem-se impotentes perante a ação da potência ocupante, que não só desrespeita os monumentos importantes como tenta lucrar com a sua venda.

Figura 1.10 – Igreja Panagia de Kanakaria



Fonte:

http://churchofcypruseu.com/index.php?option=com_content&view=article&id=273&Itemid=119&lang=el

[14.01.2017]

CAPÍTULO 2

A INDEPENDÊNCIA DA REPÚBLICA DE CHIPRE

2.1 Os acordos de 1960

Conscientes de que não era primordial conservar a soberania da ilha, a Grã-Bretanha decidiu solicitar aos governos da Grécia e da Turquia e das comunidades, turca e grega, um entendimento sobre um sistema político que agradasse a todos e que colocasse um termo às disputas interétnicas. Desta Conferência Tripartida, resultaram os Acordos de Zurique e Londres, de 1958 e 1959, tendo sido estabelecidos três Tratados: Tratado de Garantia, Tratado de Aliança e Tratado de Estabelecimento, e a Constituição da República.³³

O Tratado de Estabelecimento, que inclui as leis fundamentais da nova República, contém cláusulas rígidas que proíbem a alteração de leis fundamentais sem que haja um acordo prévia entre os três Estados-garante (Grécia, Turquia e Grã Bretanha). Para além disso, atribui ao Reino Unido o direito de estabelecer áreas de Bases Soberanas sobre 2,7% do território da ilha (Coufoudakis, 2006).

O Tratado de Garantia estipula que Grécia, Turquia e Grã-Bretanha conservam o direito de intervenção, coletiva ou individual, caso não seja possível uma ação coletiva, nos assuntos da República, para restabelecer os Tratados da independência (Coufoudakis, 2006).

O Tratado de Aliança, é um incentivo à cooperação entre a Grécia, Turquia e a pequena e emergente força militar cipriota grega. O Tratado prevê que exista na ilha um contingente militar grego com 950 pessoas e um turco com 650 pessoas (Coufoudakis, 2006).

Basicamente, os Tratados serviram para criar a República de Chipre, elaborar a sua Constituição, obter uma aliança entre a Grécia, Turquia e Chipre com o estacionamento, na ilha, de dois contingentes militares, um turco (*TOURDYK*) com 650 elementos e outro grego (*ELDYK*) com 950 elementos e, por último, definir a manutenção das bases britânicas.

No essencial, a Constituição cipriota previa que a nova República independente não pudesse ser anexada nem à Grécia nem à Turquia e que a sua presidência recaísse sempre num cipriota grego e a vice-presidência num cipriota turco. Grécia, Turquia e Inglaterra

³³ D. Macris, Nicolas (2003), *The 1960 Treaties on Cyprus and Selected Subsequent Acts*, Bibliopolis, Mannheim und Mohnesee.

garantiam a independência, integridade e segurança da República. Eram, ainda, estabelecidas as áreas que ficavam sob o controlo britânico (*Episkopi e Dhekelia*).

O Parlamento ficava distribuído em 70% dos assentos para os representantes cipriotas gregos e 30 % para os cipriotas turcos, eleitos, respetivamente, por cada comunidade.

Os artigos básicos da Constituição apenas podiam ser alterados por uma maioria de dois terços dentro de cada grupo étnico no Parlamento.

O regime político adotado tinha por base a divisão de poder entre as duas comunidades.

Todos estes acordos acabaram por impossibilitar a real e completa independência de Chipre, atendendo a que Turquia, Grécia e Reino Unido acabam por ter uma grande influência nas decisões da ilha inviabilizando o princípio da soberania nacional de um Estado.³⁴

2.2 A independência da República de Chipre

A independência da ilha de Chipre, inicialmente marcada para 19 de fevereiro de 1960, apenas se verificou a 16 de agosto do mesmo ano. A presidência e vice-presidência recaíram, respetivamente, no Arcebispo Makarios III e em Fazil Küçük.³⁵

No entanto, com a independência, as tensões entre as comunidades não desapareceram. Antes pelo contrário, foi o início daquela que tem sido, até hoje, *a questão de Chipre*.

A reação à independência foi bastante diferente entre as duas comunidades.

A comunidade cipriota grega recebeu a independência da ilha com um misto de sentimentos: a par da satisfação com o sucedido havia, também, alguma hostilidade, uma vez que a maioria dos cipriotas gregos pensava que esta seria uma situação temporária ou, pelo menos, que só duraria até Chipre se tornar formalmente um território grego.

A insatisfação da comunidade cipriota grega, tinha, sobretudo, a ver com os significativos poderes atribuídos pela Constituição à comunidade cipriota turca. Para além

³⁴ No âmbito do direito internacional, a soberania refere-se ao direito de um Estado para exercer os seus poderes. A violação da soberania de um país pode ter trágicas consequências, entre as quais cabe mencionar o início de um conflito bélico. Conceito de soberania - O que é, Definição e Significado <http://conceito.de/soberania#ixzz4blvJBuoV> [19.03.2017]

³⁵ <http://www.cypnet.co.uk/ncyprus/people/famous/ppl-drfazilkucuk.htm> [29.11.2016]

de lhes ter sido negada a possibilidade da *enosis*, a maioria não aceitava a partilha do poder com a minoria cipriota turca.

O sentimento a favor da unificação era não só alimentado pela população mas também pelos próprios líderes cipriotas gregos, sobretudo pelo Arcebispo Makarios III, o primeiro Presidente, que muitas vezes, e apesar da proibição constitucional sobre a *enosis* e o *taksim*, manifestou o seu desejo de ver a ilha unida à Grécia.

Contrastando com a comunidade cipriota grega, os cipriotas turcos acolhiam com satisfação a nova república. Agora, não só lhes era dada a oportunidade de intervirem nas decisões como, também, se sentiam protegidos pela *mãe* Turquia.

Apesar de não conseguirem realizar o desejo do *taksim*, sabiam que, no fundo, a situação podia ter sido bem pior. Apesar de não se sentirem parte da Turquia, também não faziam parte da Grécia e, tal como aconteceu com a comunidade sua opositora, o sentimento de pertença, de lealdade para com a nova República era pouco ou mesmo nenhum.

Também os cipriotas turcos viviam na esperança de que a República de Chipre não subsistisse muito tempo e que a Turquia ainda pudesse intervir para a divisão da ilha, impondo o que eles consideravam ser o futuro: o *taksim*.

Figura 2.1 Proclamação de Chipre como república independente a 1 de Outubro de 1960



<http://placeresgriegos.blogspot.pt/2010/12/3.html> [18.03.2017]

CAPÍTULO 3

ENTRE A SOBERANIA LIMITADA E A DIVISÃO DA ILHA

3.1 O conflito de 1963 – 1964

Se, inicialmente, as instituições governamentais eram proporcionais, em 1963 aquando da tentativa da promulgação de uma Constituição unitária que eliminava as cotas de poder, as duas comunidades não conseguiram chegar a um entendimento. A equidade política entre as duas comunidades foi eliminada e aos cipriotas turcos apenas coube o estatuto de minoria.

Pouco menos de duas semanas após a apresentação das emendas à Constituição, a Turquia rejeitou-as, levando a um aumento imediato das tensões entre cipriotas gregos e cipriotas turcos.

O ambiente na ilha tornou-se tenso e volátil com uma série de pequenos incidentes que acabaram em confrontos entre as duas comunidades ajudadas por elementos externos às mesmas.

A ocorrência mais grave verificou-se a 21 de dezembro de 1963, no incidente que ficou conhecido como “Natal Sangrento”, levando ao início de uma guerra civil que iria durar até 1964.

Em 2013, ano em que se completaram cinquenta anos sobre esse fatídico episódio, o jornalista do *CyprusMail Online*, Elias Hazou, referiu na sua crónica intitulada “*1963 is still a historical minefield*”:³⁶

Em 21 de dezembro, uma patrulha policial cipriota grega mandou parar e pediu a identificação a um casal cipriota turco que se encontrava perto do bairro turco, em Nicósia. Enquanto verificavam os documentos, reuniu-se uma multidão e sob gritos e ameaças foram disparados tiros provocando a morte de dois cipriotas turcos. Nesse mesmo dia, cipriotas turcos armados do grupo paramilitar TMT (Organização da Resistência Turca) entraram em confronto com cipriotas gregos leais a Yiorkadjis³⁷. O conflito aumentou rapidamente espalhando-se a Larnaca, Famagusta, Limassol, Paphos e Kirenia. No dia 24 de dezembro, registou-se a morte de 31 cipriotas turcos e cinco cipriotas gregos. Ocorreram ataques a Omorphita, Kumsal, Kaimakli e a outras zonas da capital, bem como a aldeias vizinhas.

(Elias Hazou, 2013)

³⁶ Tradução livre da autora. No original “*On December 21, a Greek Cypriot police patrol, ostensibly checking identification documents, stopped a Turkish Cypriot couple on the edge of the Turkish quarter in Nicosia. A hostile crowd gathered, shots were fired, and two Turkish Cypriots were killed. On the same day, armed Turkish Cypriots from the paramilitary TMT (Turkish Resistance Organisation) clashed with Greek Cypriots loyal to Yiorkadjis. The conflict escalated fast and spread from Nicosia to Larnaca, Famagusta, Limassol, Paphos and Kyrenia*” <http://cyprus-mail.com/2013/12/22/1963-is-still-a-historical-minefield/> [19.03.2017]

³⁷ Polycarpos Georgadjis, ou Yiorkadjis antes de ser nomeado Ministro do Interior de Chipre, em 1960, tinha sido elemento do EOKA https://en.wikipedia.org/wiki/Polycarpos_Georgadjis [19.03.2017]

Tratava-se do início de um processo de limpeza étnica através de migrações forçadas que resultaram em mais de 300.000 refugiados e milhares de mortos. Muitos cipriotas turcos acabaram por se congregar em enclaves onde eram protegidos pelas forças turcas e cipriotas turcas.

Figura 3.1 - Primeiro checkpoint no Ledra Palace Hotel no início de 1964



<http://cyprus-mail.com/2013/12/22/1963-is-still-a-historical-minefield/> [19.03.2017]

De acordo com alguns testemunhos, esta agitação, prenúncio de um conflito armado, já se verificava muito antes de dezembro de 1963, com uma agitação fora do normal que percorria a ilha.

Alguns dias antes do dia 21 dezembro, na zona que viria a ficar conhecida como *Green Line*, em Nicósia, viram-se pessoas a encher sacos com areia. Os polícias cipriotas gregos saíam mais cedo do trabalho levando a crer que se juntavam a outros paramilitares para treinarem. Nada disto passou despercebido a outros elementos da polícia que eram cipriotas turcos (Hazou,2013).

Na manhã do dia 22 de dezembro, ao longo de toda a *Green Line* tinham sido levantadas barricadas e colocados bloqueios na estrada, o que demonstrava que as pessoas de ambas as comunidades se encontravam preparadas para o que pudesse acontecer (Hazou, 2013).

As decisões eram tomadas, pelos diversos grupos, para implementar as ideias conflitantes da *enosis* (união com a Grécia) ou do *taksim* (separação).

Para os turcos da ilha, o trauma começou em 1963-1964, quando se viram forçados a viver em enclaves. Nessa altura, um quinto da população tornou-se deslocada interna. Num primeiro momento, de 1963 a 1968, os cipriotas turcos viveram “virtualmente prisioneiros em enclaves que abrangiam apenas 3% da ilha” (Voltan, 2008).³⁸

Num momento posterior, entre 1968 e o Verão de 1974, foi-lhes permitido sair dos seus enclaves e “visitar” outros enclaves em território cipriota grego. As terras que foram obrigados a deixar, entre 1963 e 1964, já as não puderam reocupar. (Voltan,2008).

Para o Professor de Relações Internacionais da Universidade de Chipre, Costas M. Constantinou, os acontecimentos de 1963 eram inevitáveis uma vez que tanto aqueles que defendiam a *enosis* como os que apoiavam o *taksim*, apenas aguardavam uma oportunidade para provar a disfuncionalidade da República legitimando, assim, a sua oposição política.

A segregação que se seguiu à deslocação forçada dos cipriotas turcos para os enclaves, em 1963-64, teve grandes implicações no nacionalismo grego e turco.

Para os nacionalistas cipriotas gregos, o afastamento do governo dos seus congéneres turcos, permitiu-lhes governar uma República bi-comunal de forma mono

³⁸ Vamik D. Voltan é um psiquiatra Cipriota turco fundador do Center For The Study of Mind and Human Interaction (CSMHI) na Universidade da Virgínia nos E.U.A., autor da crónica *Trauma, Identify and Search for a Solution in Cyprus*, 2008.

comunal, marginalizando os cipriotas turcos e colocando-os sob uma lei de necessidade, levando-os a enfrentar sérias pressões económicas e sociais.

Para os nacionalistas turcos, o período do enclave tornou-se uma boa oportunidade para delinear um sistema de governo separado que, progressivamente, iria dar lugar à estrutura de apoio a uma divisão territorial baseada na etnicidade da ilha, quando as condições o permitissem, o que veio a acontecer em 1974.

3.2 A presença da *United Nations Peace-keeping Force in Cyprus* (UNFICYP)

Na sequência dos conflitos e sob a ameaça de invasão por parte da Turquia, o Presidente Makarios decidiu colocar o assunto à consideração das Nações Unidas.

Em resposta, e contrariando a Turquia, a 4 de março de 1964, o Conselho de Segurança da ONU adotou a resolução 186,³⁹ que estabelecia que o governo de Chipre devia tomar as medidas adicionais necessárias para acabar com a violência e derramamento de sangue devendo as comunidades de Chipre e os seus líderes agir com moderação. Era, ainda, recomendado a criação de uma Força de Manutenção da Paz da ONU com o intuito de preservar a paz internacional e evitar a repetição dos combates. Os governos da Grécia, Turquia e Reino Unido, em concordância entre si, deveriam nomear um mediador da ONU para tentar promover uma solução pacífica para o problema enfrentado em Chipre. Esta resolução foi aprovada por unanimidade.

Em junho de 1964, e na tentativa de colocar um ponto final aos movimentos clandestinos de guerrilha que começavam a proliferar na ilha, a Câmara dos Deputados, funcionando apenas com os seus membros cipriotas gregos, aprovou um projeto de lei que criava a Guarda Nacional. Todos os homens cipriotas com idades entre 18 e 59 anos ficavam sujeitos ao serviço obrigatório. Convidado por Makarios Grivas regressou a Chipre e assumiu o comando da Guarda Nacional.

A 26 de dezembro de 1964 é estabelecida uma força conjunta composta por tropas britânicas e oficiais dos contingentes grego e turco sob o comando britânico do Major-General Young.

O cessar-fogo é acordado a 29 de dezembro sendo estabelecida uma zona neutra ao longo da linha de cessar-fogo.

³⁹ <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/211/44/IMG/NR021144.pdf?OpenElement> [05.02.2016].

Esta linha, denominada por Linha Verde (por ter sido desenhada num mapa com um marcador de cor verde), divide a cidade de Nicósia em duas zonas distintas – uma zona cipriota grega e outra cipriota turca, e é patrulhada pela força conjunta de manutenção da paz, a *United Nations Peace-keeping Force in Cyprus* (UNFICYP),⁴⁰ composta quase exclusivamente pelo contingente britânico e cuja missão é separar os cipriotas gregos dos cipriotas turcos.

Inicialmente prevista para durar apenas três meses, a presença desta força acabou por se estender até aos nossos dias.

3.3 O conflito de 1967

De 1963 até finais de 1967, as duas comunidades pouco ou nada interagiram.

Por toda a ilha, os nomes de aldeias, lugares, estradas, eram atribuídos por e em função de quem os administrava. Eram nomes imbuídos da história de cada comunidade, da sua geografia, das suas tradições, dos seus heróis.

Se os cipriotas gregos, durante este período, beneficiaram de novas oportunidades económicas que foram surgindo na ilha, os cipriotas turcos, por seu lado, viviam na completa pobreza e no isolamento dentro dos enclaves.

O golpe de Estado ocorrido na Grécia, a 21 de abril de 1967, acabou por influenciar diretamente toda a ilha de Chipre.

Com a deposição de Constantino II, rei da Grécia, o grupo de coronéis autores do golpe de Estado estabelecem um regime de ditadura militar, iniciando um período de governo militar prolongado na Grécia e de grande instabilidade em Chipre.

No início do mês de Junho de 1967, após uma ameaça turca de intervenção militar, o crescente envolvimento dos Estados Unidos da América na questão de Chipre, fica bem patente quando Dean Acheson, conselheiro do Presidente Lyndon Johnson, apresenta o Plano de Acheson, também conhecido por “plano da dupla *enosis*” (Fernandes 2008).

Neste plano, Chipre ficaria unida à Grécia. Aos turcos, caso concordassem com essa união, era-lhes dada uma base militar que passaria a constituir uma parte da Turquia continental. Chipre ficaria dividida em oito cantões e dois deles seriam controlados pelos

⁴⁰ A UNFICYP é considerada a mais antiga missão das Nações Unidas, que ainda conta com tropas operantes, <https://unficy.unmissions.org/> [01.12.2016].

cipriotas turcos. A Grécia cederia à Turquia a ilha de *Kastellorizo*, junto à costa turca (Fernandes, 2008).

Makarios rejeitou o plano argumentando que uma base militar turca na ilha iria constituir uma limitação à *enosis* total, possibilitando a Ancara imiscuir-se em assuntos da ilha.

Anteriormente, no mês de abril, numa passagem por Atenas, Makarios já tinha concordado com Papandreou que quaisquer esforços futuros para lidar com Chipre se baseariam em quatro princípios:

- a) a resolução do problema só seria alcançada através da ONU;
- b) o objetivo final seria a *enosis*;
- c) seriam feitos todos esforços para não provocar a Turquia;
- d) a Grécia ajudaria os cipriotas gregos em caso de ataque por parte da Turquia.

Entretanto, foi apresentada uma segunda versão do plano no qual era dada, à Turquia, a possibilidade de possuir uma base militar na ilha pelo prazo de 50 anos, mas nem cipriotas gregos nem Ancara aceitaram a oferta.

O impasse continuou.

3.4 As conversações intercomunitárias – 1968/1974

Em 1965, num relatório ⁴¹ enviado ao Secretário-geral das Nações Unidas, Galo Plaza Lasso, mediador nomeado por U-Tant (terceiro Secretário-geral das Nações Unidas),⁴² considerou a questão de Chipre como sendo um problema comunal e não um problema internacional em que ambas as comunidades nunca demonstraram qualquer interesse ou compromisso suficientes para chegarem a um acordo.

Para Galo Plaza Lasso a *enosis* devia ser mantida em suspenso e os cipriotas turcos deviam abster-se de continuar a exigir uma solução federal para o problema. No entanto, Plaza concordava com a revogação pretendida pelos cipriotas gregos dos principais tratados constitucionais.

⁴¹ Relatório de Galo Plaza Lasso - <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Cyprus%20S6253.pdf> [18.12.2016].

⁴² Maha Thray Sithu U Thant - Secretário-geral das Nações Unidas de 1962 a 1971 <http://research.un.org/en/docs/secretariat/sg/thant> [18.12.2016].

Apesar da oposição de Plaza à *enosis*, os cipriotas gregos concordaram com o seu relatório o mesmo não acontecendo com a Turquia e com os cipriotas turcos que solicitaram, de imediato, o seu afastamento do cargo. Segundo estes, Plaza ultrapassava as suas funções ao emitir propostas formais em vez de agir como mediador que era. Mas os cipriotas gregos fizeram logo saber que não aceitariam um substituto caso Galo Plaza renunciasse ao cargo.

Em Setembro de 1967, os ministros dos Negócios Estrangeiros da Grécia e Turquia reuniram-se para mais uma tentativa de resolução do diferendo. Rejeitada categoricamente pela Turquia, a ideia da *enosis* foi abandonada pelos gregos, pelo menos por aquela altura. Mas, apenas dois meses após as conversações, iniciaram-se novos conflitos entre as duas comunidades, em Chipre.

Sob nova ameaça de invasão turca, a Grécia viu-se forçada a reduzir as suas forças militares presentes na ilha até 650 homens, conforme o que estava estabelecido na Constituição de 1960. Aproveitando a situação, os cipriotas turcos estabeleceram a sua própria administração provisória.

A nova estratégia do Presidente Makarios, em sintonia com o partido Progressista do Povo Trabalhador (*AKEL*), era afastar-se do conflito alterando a sua posição em relação à causa da *enosis*, e defendendo, dali em diante, um Chipre independente.

O resultado desta mudança de atitude levou a que a maioria dos cipriotas gregos começasse, também, a afastar-se daquela que tinha sido a ideologia defendida inicialmente: a *enosis*.

Todos os que continuavam a acreditar nesta causa acabaram por se dividir em dois grupos, ambos nacionalistas: os que apoiavam Makarios e os que defendiam Grivas.

O grupo que apoiava Grivas era constituído por muitos elementos do ex-*EOKA*, opositores aos Acordos de Zurique e Londres em virtude dos privilégios atribuídos aos cipriotas turcos. Estes elementos acabaram por se unir à Frente Nacional com o objetivo de derrubar o governo de Makarios. Foram eles que tentaram assassinar o Arcebispo.

Makarios acabou por aceitar que os cipriotas turcos tivessem algum grau de autonomia política, abrindo, assim, caminho para as conversações entre as duas comunidades cujo início se verificou em maio de 1968.

Numa primeira ronda, que durou até agosto de 1968, os cipriotas turcos prepararam-se para fazer concessões sobre as questões constitucionais a troco de alguma autonomia significativa. Mas Makarios não concordou.

Apesar da pressão efetuada pela Junta Militar para que chegassem a um acordo, a segunda ronda de negociações, que tinha a ver com o governo local, também foi infrutífera.

Em dezembro de 1969, deu-se início a uma terceira ronda de conversações sobre questões constitucionais, sem se chegar a qualquer entendimento. Quando terminaram o encontro, em 1970, o Secretário-Geral da ONU acusou ambos os lados de falta de vontade em chegarem a um entendimento. Uma quarta, e última reunião, foi iniciada também ela sobre questões constitucionais, nunca tendo chegado a acabar devido aos acontecimentos de julho de 1974.

3.5 Os antecedentes à invasão turca de 1974

As tensões dentro da comunidade cipriota grega cresciam de dia para dia, acontecendo o mesmo entre a liderança cipriota grega e a Grécia, agora sob o domínio militar.⁴³

Embora Makarios tenha abandonado a ideia da *enosis* aceitando a independência, muitos outros continuaram a luta pela união com a Grécia acreditando ser a única e legítima solução para a ilha.

Este mesmo sentimento era partilhado pelo *EOKA-B*, movimento armado que surgiu no início dos anos de 1970, liderado pelo General Grivas, que tinha regressado secretamente à ilha.

Com o regresso de Grivas, as tensões incentivadas por elementos nacionalistas, tanto na Grécia como na Turquia, elevaram-se a um nível máximo. Grivas tinha o apoio total das fações ultranacionalistas da Junta Militar na Grécia.

Para além da acusação pelo apoio dado a Grivas no seu regresso à ilha, o governo cipriota grego via-se, também, a braços com os atos terroristas cometidos pelo General na conquista da *enosis*. Valeram-lhe a fama e a popularidade granjeados quer em Chipre quer

⁴³ Golpe Militar Grego comandado pelos coronéis George Papadopoulos, Nikolaos Makarezos e Stylianos Pattakos <http://www.bbc.co.uk/programmes/b0415j5d> [01.01.2017].

na Grécia, impossibilitando a sua retirada. Um problema que ficou resolvido com a sua morte, a 27 de janeiro de 1974.

Em novembro de 1973, um golpe dentro da Junta Militar, levou a que o Brigadeiro-General Dimitrios Ioannidis ⁴⁴ se tornasse o seu novo líder.

Dimitrios Ioannidis, acérrimo anticomunista e grande adepto da *enosis*, serviu Chipre nos anos de 1960 como militar na Guarda Nacional cipriota. Conhecedor de Makarios, o novo líder da Junta Militar considerava-o um apoiante do partido comunista com ligações à União Soviética que não servia aos interesses de Chipre e que tinha de ser retirado do governo.

A 2 de julho de 1974, acreditando que o movimento *EOKA-B* era apoiado pela Junta militar, então em poder em Atenas, e desconfiado de que alguns dos militares gregos que faziam parte da Guarda Nacional cipriota eram elementos infiltrados pertencentes à organização que o pretendiam eliminar, Makarios enviou uma carta ao então presidente da Grécia, o General Phaedon Gizikis, solicitando a saída imediata da ilha de cerca de 400 militares gregos que faziam parte da Guarda Nacional cipriota. Na mesma carta, acusava a Junta Militar de estar por trás das actividades terroristas do *EOKA-B* e de conspirarem contra o governo de Chipre.

Como resposta, no dia 15 de julho de 1974, a Guarda Nacional, liderada por oficiais gregos e por Nikos Sampson,⁴⁵ ocupou o Palácio Presidencial e todas as emissoras de rádio. Justificando o ato com a proteção da comunidade turca, presume-se que o real objetivo era derrubar o governo e anexar Chipre.

No meio do enorme caos que o dava como morto, o Arcebispo Makarios foi ajudado pela resistência contra a Junta Militar grega, fugindo num helicóptero da Royal Air Force através da base britânica no sul da ilha, de onde viajou de avião para a Grã-Bretanha.

Conseguido o golpe de Estado, Nikos Sampson, que ocupara o lugar deixado por Giorgios Grivas falecido em janeiro de 1974, na liderança do *EOKA-B*, é colocado no lugar de Presidente.

⁴⁴ Dimitrios Ioannidis https://en.wikipedia.org/wiki/Dimitrios_Ioannidis [01.01.2017].

⁴⁵ Nikos Sampson - nacionalista cipriota grego, foi colocado no lugar de Presidente de Chipre após o golpe de estado de 1974 que depôs Makarios III. A sua presidência durou apenas 7 dias. <https://www.britannica.com/biography/Nikos-Sampson> [01.01.2017].

Para as forças turcas, este era o momento certo para intervir, de acordo com os direitos que lhes tinham sido atribuídos pelos Tratados de Zurique-Londres, e para a segurança da comunidade cipriota turca.

3.6 Operação Átila – A invasão turca

Utilizando os direitos dos países garantes da independência de Chipre, em 1960, para proteger *oficialmente* a minoria turca, e invocando o artigo IV do Tratado de Garantia, a Turquia decidiu exercer o seu direito e invadir a ilha de Chipre.

De acordo com o Primeiro-ministro Bülent Ecevit, esta *Operação de Paz* destinava-se a eliminar qualquer perigo existente contra a República de Chipre, contra os direitos de todos os cipriotas, em particular dos cipriotas turcos, pela defesa da sua integridade, segurança e ordem.

A 20 de julho de 1974, forças militares turcas invadem a ilha de Chipre. Em simultâneo com 6000 militares turcos que desembarcam a oeste de Kirénia cerca de 1000 paraquedistas são lançados na zona a norte de Nicósia. Dos combates resultaram inúmeros mortos, feridos e desaparecidos em ambos os lados. Estima-se que do lado dos cipriotas gregos as forças militares tenham sofrido cerca de 6000 baixas e do lado dos cipriotas turcos se tenham verificado 1500 mortos e 2000 feridos.

Reunido de emergência, o Conselho de Segurança da ONU adotou a Resolução 353⁴⁶ que estipulava o cessar-fogo e a retirada imediata de todas as tropas externas à República de Chipre, o que ocorreu a 22 de julho.

Apesar do cessar-fogo, as tropas turcas mantiveram sob sua orientação uma área triangular, a norte de Chipre, ao longo da costa com Kirénia na base e Nicósia no seu vértice.

Perto de metade da população cipriota turca encontrava-se fora da área ocupada, em enclaves controlados pela Guarda Nacional.

Durante a invasão turca, estima-se que cerca de 180.000 pessoas, cerca de um terço da população de Chipre, se tenham tornado refugiados.

A formação de um governo de unidade nacional com Constantine Karamanlis como Presidente, a 24 de julho de 1974, ditou o fim da ditadura militar na Grécia.

⁴⁶ <http://www.un.org/en/sc/documents/volumes/> [10.04.2017]

Em Chipre, Glafcos Clerides assumiu, temporariamente, o cargo de Presidente da República até dezembro de 1974, altura em que Makarios regressou de *Paphos*, cidade aonde se encontrava escondido.

Por causa deste conflito ainda se encontram desaparecidas cerca de 2.000 pessoas, de ambos os lados.

Criado em 1981 pelos líderes das comunidades cipriotas grega e turca, com a participação da Organização das Nações Unidas, o Comité Sobre as Pessoas Desaparecidas em Chipre⁴⁷ tem como missão encontrar os restos mortais de todas as pessoas desaparecidas, aquando da invasão turca, e que foram enterrados em fossas comuns, por todo o país.

No Comité trabalham, em parceria, cipriotas gregos e cipriotas turcos. Quase todos os elementos que aí trabalham também perderam algum familiar no conflito.

Até hoje, já foram identificadas e devolvidas aos seus familiares cerca de 700 vítimas.⁴⁸

⁴⁷ Comité Sobre as Pessoas Desaparecidas em Chipre : <http://www.cmp-cyprus.org/> [15.01.2017]

⁴⁸ http://www.cmp-cyprus.org/sites/default/files/facts_and_figures_31-3-2017_0.pdf [12.04.2017].

CAPÍTULO 4

AS TENTATIVAS DE REUNIFICAÇÃO E A INTEGRAÇÃO EUROPEIA DE CHIPRE

4.1 A nova ilha de Chipre

Do ataque ocorrido em 1974 resultou a divisão da ilha de Chipre em duas partes, separadas pela chamada *Green Line*, zona-tampão que serve de fronteira entre norte e sul, criada em 1964 e reforçada em 1974, e que é patrulhada pelas tropas da ONU.

A norte da ilha encontra-se o território da minoria cipriota turca, ao centro e sul o território da maioria cipriota grega.

Cada um dos territórios da ilha trata dos seus próprios assuntos sem se imiscuírem nos do lado contrário. Às forças da ONU compete apenas manter a paz e reportar qualquer violação aos acordos de cessar-fogo.

Figura 4.1 – Os dois lados de um mesmo país



Fonte: http://news.bbc.co.uk/2/hi/in_pictures/8372410.stm [12.04.2017]

Logo após a invasão, a zona tampão tornou-se uma área de grande tensão entre as duas comunidades, com confrontos esporádicos ao longo da *Green Line*.

A 13 de fevereiro de 1975, a norte da ilha de Chipre é criado o território cipriota turco *Kıbrıs Türk Federeli Devleti*/Estado Federado Turco de Chipre, (uma espécie de

versão turca da *enosis*) sob a presidência de Rauf Denktas,⁴⁹ reeleito em fevereiro de 1976, uma ação unilateral considerada ilegal pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas através da resolução nº 367, de 12 de março de 1975,⁵⁰ onde se apela, também, à continuação das conversações entre as duas comunidades para a reunificação da ilha.

Nunca como agora a Turquia teve uma presença tão consolidada na ilha. A parte norte é agora sua podendo aí exercer o seu domínio e delinear a sua estratégia com os demais interesses económicos internacionais, apesar de o seu governo, proclamado, não ser reconhecido internacionalmente.

Figura 4.2 - Divisão da Ilha de Chipre



Fonte: http://static.publico.pt/dossiers/chipre/imagem/fotos/chipre_info.gif [07.01.2017]

⁴⁹ Rauf Denktas, biografia <https://www.un.org/sg/es/content/formersg/boutros-boutros-ghali> [23.04.2017]

⁵⁰ Resolução 367 do Conselho de Segurança das Nações Unidas http://www.un.org/fr/documents/view_doc.asp?symbol=S/RES/367 [06.02.2016].

4.2 Os esforços na resolução da questão de Chipre – O Plano Annan

A 2 de agosto de 1975, as duas administrações cipriotas, através de Denktas e de Clerides,⁵¹ reuniram para um acordo sobre o reagrupamento das populações numa zona turca (a parte norte) e numa zona grega (a parte sul), com a assistência das Nações Unidas. Todos os esforços imediatos para encontrar uma solução, as chamadas “rondas de negociação”, fracassaram não só pela falta de entendimento entre as duas partes mas também devido ao interesse que a União Europeia tinha em manter a ilha dividida, por razões geoestratégicas e, também, para contentar a sua aliada a Turquia (Ramon,2005).

A 29 de março de 1986, o Secretário-geral da ONU, Javier Pérez de Cuéllar,⁵² em mais uma tentativa diplomática para desbloquear o impasse, apresentou o Projeto de um Acordo Quadro sobre Chipre (*Draft Framework on Cyprus*).⁵³

Aceite pelos cipriotas turcos, mas recusado pelos cipriotas gregos, o Projeto de Acordo Quadro falhava ao não prever disposições cruciais para os cipriotas gregos, tais como a retirada das forças militares turcas, a questão dos emigrantes ou colonos oriundos da Turquia e que se encontravam fixados no Norte de Chipre, e, acima, de tudo, a falta de garantias em matéria de liberdade de movimentos, de fixação de residência e aquisição de propriedade (Fernandes, 2008).

Mais tarde, em julho de 1989, ainda sob a iniciativa do mesmo Pérez de Cuéllar, é apresentada nova iniciativa, o *Conjunto de Ideias*, que acabou por abrir caminho para as negociações em 1990 entre Rauf Denktas, representante dos cipriotas turcos, e George Vasiliou,⁵⁴ Presidente da República de Chipre, representante dos cipriotas gregos.

Em 1990, a República de Chipre anunciou a sua intenção de apresentar o pedido de adesão à União Europeia para toda a ilha. Esta decisão foi fortemente contestada por Rauf Denktas e pelo governo da Turquia que justificaram a sua oposição com o facto de considerarem a República Turca do Norte de Chipre (RTNC) um território autónomo, e que não se devia submeter à vontade do governo da parte sul de Chipre.

⁵¹ Glafcos Clerides, biografia <https://www.un.org/sg/es/content/formersg/boutros-boutros-ghali> [23.04.2017].

⁵² Javier Pérez de Cuéllar, biografia <https://www.un.org/sg/es/content/formersg/javier-perez-de-cuellar> [23.04.2017].

⁵³ Projecto de Acordo Quadro sobre Chipre / *Draft Framework on Cyprus* disponível em <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Cyprus%20S18102%20ADD%201.pdf> [03.01.2017].

⁵⁴ George Vasiliou, biografia <https://g.co/kgs/zbQUuE> [23.04.2017].

Apesar da contestação turca, muitos viam esta adesão como uma maneira para se chegar a uma resolução do problema cipriota prosseguindo, assim, as negociações para o efeito sob a égide da ONU.

Em 1992, o Secretário-geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali,⁵⁵ apoiado pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, apresentou um conjunto de ideias que se destinavam a unir todos os elementos para uma solução global.⁵⁶ Mais uma vez, as medidas fracassaram.

Em março de 1998, iniciaram-se as negociações para a adesão da ilha à União Europeia e, em 1999, foram efetuadas novas diligências com vista a encontrar uma solução para o problema de Chipre. No Conselho Europeu de Helsínquia, realizado nesse mesmo ano, foi atribuído à Turquia o estatuto de país candidato à União Europeia, culminando as negociações no plano do então Secretário-geral das Nações Unidas Kofi Annan (Fernandes, 2008).

O Plano Annan⁵⁷ tinha como finalidade promover a reunificação da República de Chipre, uma reunificação que deveria ocorrer antes da adesão de Chipre à União Europeia.

A primeira versão, apresentada inicialmente em 2002 (Plano Annan I) acabou por sofrer diversas alterações até se chegar, em 2004, ao Plano Annan V. Aí se estabelecia a criação de uma federação de dois Estados constituintes (o Estado Cipriota Grego e o Estado Cipriota Turco) unidos por um governo federal, num sistema parecido com o suíço, e em que a atual República de Chipre daria lugar à República Unida de Chipre. Ambas as comunidades assinariam uma declaração ou Acordo de Fundação, na qual afirmariam que Chipre era a sua “casa comum” e que os trágicos acontecimentos do passado nunca mais se repetiriam, renunciando ao uso da força ou de domínio de qualquer das partes. O acordo previa, ainda, que os dois Estados constituintes pudessem utilizar o veto em questões internas e internacionais na nova República Unida de Chipre. O Supremo Tribunal seria composto por igual número de juizes designados pelos dois Estados, aos quais se juntariam três juizes estrangeiros que funcionariam como árbitros para desempate em casos de situações de impasse entre os juizes nacionais (Fernandes, 2008).

Era também criada uma Comissão das Propriedades para apreciação e atribuição de indemnizações a todos os sujeitos que tivessem sido espoliados das suas propriedades. À

⁵⁵ Boutros Boutros-Ghali, biografia <https://www.un.org/sg/es/content/formersg/boutros-boutros-ghali> [23.04.2017].

⁵⁶ Paulo Carvalho Vicente – O impasse político na questão cipriota, disponível em http://janusonline.pt/images/anuario2015/2.6_PauloVicente_Chipre.pdf [07.01.2017].

⁵⁷ Plano Annan http://www.hri.org/docs/annan/Annan_Plan_April2004.pdf [07.01.2017].

população deslocada na parte norte da ilha, oriunda da Turquia, era-lhe permitido permanecer no território do novo Estado.

Sujeito a referendo, a 24 de abril de 2004, o plano foi rejeitado por 75,83% de votos de cipriotas gregos contra 64,91% de votos de cipriotas turcos.

“ *O Annan 5 era uma árvore de Natal carregada de presentes para todos, menos para os cipriotas gregos*” (Coufoudakis, 2004 *apud* Stavridis, 2008: 95).

4.3 A adesão de Chipre à União Europeia ⁵⁸

Não sendo um país “influyente”, as relações históricas que Chipre mantém com a Grécia e com o Reino Unido, bem como a sua posição geográfica no Mediterrâneo oriental, servindo de ponte para os países vizinhos do Médio Oriente e Norte de África, sempre contribuíram para o interesse que a União Europeia tem na ilha.

Na opinião do Presidente cipriota Papadopoulos e conforme declarações proferidas pelo próprio por ocasião da assinatura do Instrumento de Ratificação do Tratado de Adesão de Chipre à União Europeia, em julho de 2003, ao constituir uma das fronteiras externas da União Europeia, Chipre poderia tornar-se uma ponte económica, política e cultural unindo as duas margens do Mediterrâneo. Uma ponte indispensável para o entendimento e cooperação mútuos entre as várias religiões, culturas e modos de vida.

A candidatura da República de Chipre de adesão à União Europeia, sempre foi uma candidatura politicamente problemática por ser formulada por um Estado, reconhecido pela União Europeia e pela comunidade internacional, pertencente a uma ilha dividida *de facto* em dois Estados: a República de Chipre e a República Turca do Norte de Chipre (que apesar de apenas ser reconhecido pelo próprio e pela Turquia o certo é que sempre se mantiveram conversações com os seus líderes como se fosse reconhecido internacionalmente).

Com este pedido, a República Turca do Norte de Chipre (RTNC) viu-se incluída num processo de adesão para o qual os seus elementos nunca foram ouvidos e considerou-o ilegal em virtude de não existir uma representação conjunta nem um acordo comum nesse sentido o que se tornava, também, uma ameaça à identidade da comunidade cipriota turca.

⁵⁸ http://www.consiliium.europa.eu/en/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/ec/73852.pdf [07.01.2917].

Formalmente, as negociações de Chipre para a adesão à União Europeia, iniciaram-se em 1998. No entanto, em junho 1990, o grupo cipriota grego já tinha solicitado, unilateralmente, a adesão do Governo de Chipre à então Comunidade Europeia.

Após um processo moroso que teve sempre a ver com a oposição da comunidade cipriota turca e com a própria Turquia, a 1 de maio de 2004 é assinado o Tratado de Adesão à União Europeia de Chipre.

Quando os países solicitam a adesão à União Europeia fazem-no por variadas razões. Mas, pelo menos, duas delas estão sempre presentes: razões económicas e razões políticas.

Nas razões económicas podemos apontar como mais importante a vantagem de se fazer parte de um grande mercado, embora para muitos candidatos a expectativa de ser um beneficiário dos fundos da União Europeia, também constitua uma razão bastante importante.

A razão política prende-se com a capacidade de influenciar as decisões tomadas no seio da União Europeia uma vez que todos os Estados europeus são afetados por muitas destas decisões, quer dela sejam ou não membros. Fazer parte da superpotência europeia e ajudar a moldar as suas relações com o resto do mundo, é uma atração política adicional para muitos candidatos da UE.

Um terceiro grupo de razões, para fazer parte da União Europeia, tem a ver com questões de segurança. Naturalmente, a segurança que a União Europeia oferece não é igual à da NATO mas é considerada por muitos Estados uma proteção bastante útil, e, de certa forma, cómoda, e muito respeitada pelos outros países não comunitários.

A adesão de Chipre foi influenciada por cada uma destas três razões de uma maneira muito particular que teve a ver não só com a sua dimensão territorial, mas também com a sua posição geoestratégica. Não teve só a ver com vantagens ou com ganhos sem riscos.

Devido ao tamanho das suas capacidades produtivas e dos seus mercados internos, sabemos que os Estados pequenos normalmente apresentam uma taxa mais elevada nas trocas de bens e serviços comparativamente aos Estados que são maiores.

Economicamente, também Chipre tem apresentado um crescimento mais rápido que a média da União Europeia. Com esta adesão, a ilha pode vir a verificar uma alteração como efeito indireto da economia da U.E.

Outra situação a ter em atenção é que a adoção obrigatória de políticas e práticas reguladoras da U.E. pode colocar em perigo o crescimento tanto dos serviços financeiros como da localização das empresas *offshore* que, juntamente com a expansão do turismo, estiveram no centro do dinamismo económico cipriota.

Conclui-se, portanto, que em termos de adesão de Chipre à U.E., o balanço económico não se apresentará muito satisfatório.

Numa dimensão política e ainda em matéria comunitária, são poucas as áreas nas quais Chipre pode ter um interesse direto ou até mesmo a capacidade necessária para o respetivo envolvimento. Enquanto se mantiver a situação da divisão da ilha, não é permitido ao governo de Chipre envolver-se em questões de política externa, de segurança e de defesa com a União Europeia. Existem, no entanto, alguns domínios fundamentais em que, com toda a certeza, irá desejar ter uma voz ativa tais como: a agricultura, uma vez que afeta o Mediterrâneo; o ambiente, crucial para o turismo; a regulação de serviços, sobretudo os que tenham a ver com o turismo.

Apesar de tudo, e no que diz respeito ao seu conflito interno, mantêm-se as dúvidas sobre se a entrada de Chipre na União Europeia foi a melhor decisão. Sabemos que, em matéria de integração, foram cumpridas todas as condições económicas por parte de Chipre, tendo-se mostrado a divisão da ilha sempre um obstáculo.

4.4 Implicações para a Turquia

Tal como Chipre, a Turquia é um país que sofreu o confronto e a influência de diversos povos - galeses, romanos, bizantinos, seljúcidas, otomanos.

Situada na região da antiga Anatólia ou Ásia Menor, no centro de quatro regiões (Balcãs, Médio Oriente, Mar Negro e Cáucaso), a sua localização geoestratégica confere-lhe uma importância vital no panorama político internacional.

Com a capital em Ancara, a Turquia é uma República Democrática, Secular e Constitucional cujo sistema político foi estabelecido em 1923, após a queda do Império Otomano, e maioritariamente islâmica.

O Acordo de Associação entre a, então, Comunidade Económica Europeia (CEE) e Ancara foi assinado em 1963, em 1987 apresentou a candidatura a Estado-membro mas apenas em 1999 a viu formalizada. Uma candidatura que tem gerado controvérsias entre os

Estados-membros quando o tema de discussão tem a ver com a religião ou com os Direitos Humanos.

Quando falamos em Turquia imediatamente a associamos a muçulmanos, árabes, islamismo, terrorismo, muito por causa dos atentados a que tem sido sujeita nos últimos tempos não só pelos militantes curdos mas, sobretudo, pelo Estado Islâmico.

O 11 de setembro e as atuais atrocidades cometidas pelo E.I. (Estado Islâmico) acordaram o mundo para aquele que pode ser considerado o seu maior flagelo: o terrorismo. Praticamente todos os dias, somos confrontados com ataques aéreos efetuados na Síria, às portas da Turquia, na própria Turquia. Numa Europa maioritariamente Cristã, nenhum europeu sequer pensa na possibilidade de “abrir” uma porta de entrada a um desses grupos terroristas, razão suficiente para indagar sobre a utilidade e oportunidade da adesão da Turquia à União Europeia.

Como se isso não bastasse, há direitos e garantias que ainda não se encontram previstos na Turquia. A liberdade de expressão é um deles. A censura e tortura são ali consentidas num desrespeito e incumprimento contínuo dos Direitos Humanos.

Também a ocupação militar que mantém a norte de Chipre tem fragilizado as suas pretensões no quadro da União Europeia, levando ao inevitável veto de Chipre em matéria de adesão da Turquia à União Europeia.

Membro da ONU, da NATO, da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), do Conselho da Europa, da Organização para Cooperação Económica e Desenvolvimento (OECD), da Organização de Conferência islâmica, da Organização de Cooperação Económica, da Cooperação Económica do Mar Negro (BSEC), e membro associado da U.E., a Turquia só poderá ser um Estado-membro da União Europeia quando demonstrar que os direitos e garantias dos seus cidadãos se encontram assegurados, sejam eles minorias curdas, mulheres, crianças, idosos ou membros da oposição.

CAPÍTULO 5
A IDENTIDADE NUM PAÍS DIVIDIDO

5.1 A formação da Identidade e da Identidade Nacional

Identidade é uma palavra de origem latina (*identitas*) que designa o conjunto de traços próprios de um sujeito ou de uma comunidade. Estas características distinguem o indivíduo (ou grupos de indivíduos) dos demais. A identidade também está vinculada à consciência que uma pessoa tem de si mesma.

A identidade nacional, por sua vez, é uma condição social, cultural e espacial. Trata-se de características que têm uma relação com um entorno político uma vez que, em geral, as nações estão associadas a um Estado (ainda que não seja sempre assim).⁵⁹

Em termos gerais, a identidade tem a ver com o comportamento que o Ser Humano estabelece consigo mesmo e com os outros, comportamento esse que, por sua vez, é determinado por uma relação de *afirmação* (identificação) ou *negação* (identização) (Knapp, 2008).

Afirmação e *negação* interligam-se estando sujeitas a transformações consoante as exigências que a sociedade apresente tanto em circunstâncias históricas, sociais, políticas ou económicas (Hernando, 2002, e Lalanda, 2005).

Por seu turno, a construção de uma identidade nacional dificilmente se verifica sem a existência dos “outros”, daí resultando a sua evolução e alteração. Essa identidade nacional tem a ver com processos de identificação que só podem ser entendidos no tempo (Jenkins, 2014). A identificação pressupõe uma autoidentificação, uma similitude, o *Nós*, e a constatação de uma diferença, os *Outros*.

Outro aspeto importante na formação das identidades nacionais tem a ver com a fixação dos indivíduos num território. A permanência num lugar, num espaço que se determina como nacional, demarcando fronteiras, sejam elas políticas, económicas ou simbólicas, ajuda a definir o que é nacional e o que é estrangeiro, ajuda a constituir uma identificação coletiva assente na diferenciação dicotómica entre *nós* e *eles* (Elias 2001; Barth 1969). Esse, passa a constituir o *nosso* território, local onde todos falamos a mesma língua, defendemos a mesma bandeira, possuímos a mesma moeda, e em que, acima de tudo, somos herdeiros de rituais e cerimónias que ajudam a invocar o passado no presente e a entender os nossos antecessores.

⁵⁹ Conceito de Identidade Nacional <http://conceito.de/identidade-nacional#ixzz4iQdq2TVK> [26.06.2017]

5.2 O papel social da memória

As questões referentes à memória social começaram a ser discutidas em finais de Oitocentos e início de século XX (Middleton e Edwards 1992; De Rosa e Mormino 2000).

Para Maurice Halbwachs,⁶⁰ a memória possui sempre um carácter social. Não existe uma memória que seja estritamente individual.

“ (...) Qualquer lembrança, por mais pessoal que seja (...) mesmo a de sentimentos que não chegamos a expressar, encontra-se relacionada com todo um conjunto de noções que muitos de nós possuem, com pessoas, lugares, datas e formas de linguagem, com raciocínios e ideias, quer dizer, com toda a vida material e moral das sociedades de que fazemos ou de que fizemos parte. ”

(Halbwachs [1925] 1994; 38-39)⁶¹

A memória não é, pois, um simples vestígio do passado, não é algo que resiste ao passar do tempo, ao esquecimento ou uma simples lembrança de factos passados. Para o autor trata-se de uma reconstrução e uma representação do passado, elaboradas no presente (Halbwachs, 1994). É um *meio* de recordar e apreender um passado inerente ao conjunto social em que nos inserimos, ajudando-nos e permitindo-nos viver, conviver e identificarmo-nos numa mesma nação ou, se quisermos, numa comunidade.

5.3 Chipre – uma divisão baseada na identidade

“Acima de tudo, e de forma diretamente oposta àquela pela qual são constantemente invocadas, as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento algo perturbador de que é apenas por meio da relação com o OUTRO, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu “exterior constitutivo”, que o significado “positivo” de qualquer termo – e como tal, “identidade” – pode ser construído [...] as identidades podem funcionar como pontos de identificação e de ligação pelo simples facto de possuírem a capacidade da exclusão [...]”

(Stuart Hall 1996: 4-5)

⁶⁰ Maurice Halbwachs - sociólogo francês da escola durkheimiana. Escreveu uma tese sobre o nível de vida dos operários, e sua obra mais célebre é o estudo do conceito de memória coletiva, que ele criou. *In* Wikipedia https://www.google.pt/search?dcr=0&source=hp&q=Maurice+Halbwachs&oq=Maurice+Halbwachs&gs_l=p sy-ab.3..0l8.4006.4006.0.12276.3.2.0.0.0.247.247.2-1.2.0...0...1..64.psy-ab..1.2.1496.6..35i39k1.1250.4HG244txRrs [01.03.2017].

⁶¹ Maurice Halbwachs, 1994 (1925), *Les Cadres Sociaux de La Mémoire*, Paris, Albin Michel, e *La Mémoire collective*, Paris, PUF, 1968 (1950 — póstuma).

Questões relacionadas com a identidade, territorialidade e divisão do poder, têm sido apontadas como sendo as principais causas do conflito cipriota, iniciado logo após a independência da ilha, em 1960.

Memórias e traumas históricos, verdadeiros ou imaginados, fruto de narrativas imemoriais em conjunto com uma identidade coletiva construída através do desprezo e demonização do “outro”, têm afastado cipriotas gregos e cipriotas turcos não permitindo que estas duas comunidades coloquem um ponto final na divisão da ilha de Chipre, a ilha que ambas ocupam e reclamam ser sua.

Qualquer solução passa pela negociação e aceitação de ambos os grupos, sem a intervenção de Atenas, Ancara ou, mesmo até, das Nações Unidas. Tudo o que venha *de fora* irá ser sempre considerado uma intromissão/invasão do exterior.

A constituição de uma Grécia e Turquia independentes, influenciaram o processo de formação da identidade das duas comunidades, que coexistem em Chipre desde sempre, contribuindo para acentuar as diferenças entre cipriotas gregos e cipriotas turcos. De acordo com o *census population* de 1832, por essa altura registavam-se 198 aldeias cristãs, 92 aldeias muçulmanas e 172 aldeias com duas etnias misturadas (Kizilyürek,2005).⁶² Ainda assim, sob o poder Otomano, a convivência não era violenta apesar dos não-muçulmanos estarem sujeitos ao pagamento de uma taxa especial, o *cizye* (Jennings, 1992).

Enosis (união de Chipre à Grécia, defendida pelos cipriotas gregos, e *taksim* (divisão da ilha de acordo com as diferenças étnicas) defendido pelos cipriotas turcos, acabaram por ditar o destino de Chipre.

5.4 A identidade Cipriota Turca

Tanto a comunidade cipriota grega como a comunidade cipriota turca, baseiam a formação da sua identidade em relatos e narrativas históricas, facto comum a todos os povos, de uma maneira geral.

A escolha de crenças intimamente ligadas a narrativas oficiais, tem a ver com questões de identificação étnica e nacional (Psaltis, 2012).

⁶² Niyazi Kizilyürek – Director do Departamento de Estudos Turcos na Universidade de Chipre (Nicósi)

A narrativa cipriota turca, começa com a chegada dos turcos à ilha de Chipre, em 1571 d.C. O principal inimigo são os *Rum*.⁶³ O enredo diz respeito a uma luta pela sobrevivência dos turcos de Chipre contra a dominação cipriota grega. A guerra de 1974 levada a efeito pela Turquia em Chipre, não é mais que um final feliz com a “operação da paz feliz”, libertando os turcos que aí viviam do jugo dos gregos.

A divisão *de facto* da ilha, em 1974, originou uma nova dinâmica na criação de uma identidade cipriota turca fortemente ligada ao conceito de territorialidade. Apesar da política oficial turca, que força à unidade e uniformidade de toda a nação, nota-se, cada vez mais, a necessidade que os cipriotas turcos têm em mostrar aos seus congêneres continentais as diferenças que existem entre os dois povos.

O primeiro contacto com os turcos da Anatólia, mostrou diferenças culturais bastante óbvias provocando algum atrito entre os “ilhéus” e os imigrantes aí chegados da parte continental.

Para os cipriotas turcos, estes imigrantes provindos da Turquia (a maior parte da Anatólia) são considerados pouco desenvolvidos, pouco civilizados, numa palavra “orientais”. Já a parte contrária, via os cipriotas turcos como pessoas que se tinham tornado hereges e corruptas com a ocidentalização.

O idioma utilizado, quer por uns quer por outros, também tem sido motivo de afastamento entre os turcos: enquanto os imigrantes falam a língua turca normal, ou o dialeto anatólio, os cipriotas turcos utilizam o dialeto cipriota. Um facto curioso é que a maioria dos cipriotas turcos que falavam o dialeto cipriota grego antes de 1963, continuaram a fazê-lo até hoje.

O processo de formação da identidade cipriota turca alterou-se sobretudo devido às constantes intervenções da Turquia nos assuntos da República Turca de Chipre do Norte (RTCN) e à influência militar e isolamento tanto económico como político que a comunidade tem sentido. Para além disso, a vaga de imigrantes provindos da Anatólia (ilegal perante a lei internacional), levou a uma potencial marginalização da comunidade cipriota turca original (estima-se que durante 1975 até 1995, mais de 35.000 cipriotas turcos abandonaram a região do RTCN), levando-os a afastarem-se da nação turca e aproximando-os mais do território cipriota.

⁶³ Palavra turca utilizada para designar os cipriotas gregos. Também é utilizada para se referirem aos turcos que vivem na Turquia e que são cristãos ortodoxos ou quando se referem a assuntos cristão ortodoxos da época otomana na Turquia.

5.5 A identidade Cipriota Grega

Na comunidade grega, a identidade nacional é formada a partir de duas ideologias (Peristianis, 2006):

- O helenismo – que atribui especial importância à identidade grega dos cipriotas;
- O centrismo cipriota – muitas vezes relacionado com orientações políticas de esquerda, direciona a sua atenção à identidade cipriota, uma forma de resistência ao helenismo mas também uma proposta para a construção de uma identidade cipriota - seja na sua forma cívica englobando as duas comunidades, independentemente da origem étnica - ou uma identidade baseada na semelhança cultural entre os cipriotas gregos e os cipriotas turcos.

No contexto do helenismo, como ideologia, ser-se “grego” tem a ver com pontos de vista conservadores, de direita e nacionalistas, ligados a um sistema de crenças que têm a ver com o desejo da união com a Grécia por parte de alguns cipriotas gregos que a consideram a sua “pátria-mãe”. Expressões como “ Chipre é historicamente uma ilha grega” ou “o cristianismo é parte indispensável da nossa identidade”, fazem parte de uma posição identitária historicamente atribuída aos cristãos gregos e que são uma continuação do nacionalismo grego em Chipre.

5.6 Uma identidade Cipriota para toda a ilha

No início do século XXI, são diversos os fatores que sugerem um desenvolvimento constante na formação de uma identidade própria da ilha de Chipre:

- Identificação da comunidade turca com o território de Chipre como um todo – consequência do influxo dos imigrantes da Turquia, da intervenção da armada turca nos assuntos internos da República Turca de Chipre do Norte;
- Colocação de um ponto final no programa da *enosis*, por parte dos cipriotas gregos;
- Substituição da linha dura, em ambos os lados de Chipre, por elites esquerdistas construtivas – com a demissão do presidente e opositor da

integração, Papadopoulos em 2008, e do apoiante da anexação do norte de Chipre à Turquia, Denktash em 2005 (com a eleição de Mehmet Ali Talat).

5.7 A adoção de uma língua comum

Outrora, o idioma utilizado na comunicação interétnica, em Chipre, dependia do propósito do diálogo ou da profissão dos interlocutores, mas, acima de tudo, do grau de escolaridade ou a classe social a que pertenciam.

No diálogo com as restantes comunidades, o dialeto cipriota grego era particularmente utilizado pela classe trabalhadora, classe mais baixa e com um nível de escolaridade, também ele, baixo ou inexistente. A alta e média classe, tanto de um lado como do outro da ilha, falavam o inglês, idioma que, ainda hoje, granjeia mais adeptos.

A divisão geopolítica das comunidades cipriota grega e cipriota turca levou a que cada lado falasse o seu próprio idioma, e a falta de contacto entre ambas limitou-as ao mínimo conhecimento das línguas grega e turca.

Não é expectável que alguma vez a falha de comunicação entre as duas comunidades seja colmatada pela utilização da língua maioritária (o grego) ou da minoritária (o turco). A utilização de um terceiro idioma pode, no entanto, ser considerado elo de comunicação entre todos.

Atendendo ao seu passado colonial, o inglês torna-se aquele que tem mais probabilidades de servir como língua comum. Torna-se duvidoso é até que ponto pode ser considerada uma língua “neutra”, dada a sua história colonial com Chipre. Se para os turcos não existe qualquer problema com a língua inglesa, para os gregos já o mesmo não acontece pois que a consideram uma linguagem imperial e, historicamente, representante de uma administração anticristã.

A necessidade da aprendizagem de línguas estrangeiras é aceite por todos os cipriotas que consideram ser útil haver o conhecimento de uma segunda língua para além da materna. Uma grande percentagem de cipriotas (cerca de 73%, o que é muito acima da média europeia que se situa em 35%) conhecem e utilizam frequentemente o inglês tanto como instrumento de trabalho ou como meio de comunicação em férias, sendo este o idioma preferencial de todos.

CONCLUSÃO

A maior parte dos estudos que existem sobre a questão cipriota privilegiam o aspeto diplomático, geopolítico e estratégico do conflito. Fazem prevalecer um ponto de vista internacional em cujas narrativas os atores são invariavelmente os mesmos: os chefes de estado ou de governo dos grandes poderes (britânicos, americanos, soviéticos) ou regionais (turcos, gregos, cipriotas). Neste jogo de interesses, aos líderes comunitários da ilha é atribuído o nível mais baixo de competência.

Questões que dizem diretamente respeito à população cipriota, às suas aspirações e a uma identidade na qual se possa reconhecer, estão ausentes desses estudos. A maior parte das vezes, os anseios da população são evocados através do prisma distorcido dos discursos nacionalistas que utilizam.

A própria ilha é um lugar incerto! Quase sempre é citada como uma bússola que serve para determinar a proximidade ou a distância que a separa dos poderes vizinhos!

Os confrontos, a violência e a miséria sofrida pelos cipriotas são evocados apenas para denunciar o adversário. A maioria dos discursos participa, conscientemente ou não, contra um dos lados. Além disso, apenas a violência física é levada em consideração, como se o isolamento num gueto, ou o deslocamento forçado, a humilhação, a perda de propriedades, a vergonha social, não deixassem marcas ou um sofrimento mais profundo e duradouro do que os ferimentos físicos. Seguindo o pensamento de Arlette Farge,⁶⁴ a dor das pessoas não é apenas parte da história dos conflitos; é o que os faz durar!

Por outro lado, para a comunidade internacional e de acordo com os critérios habituais da polémica, este conflito interminável é um “ conflito de baixa intensidade” se comparado com os conflitos da ex-Jugoslávia e da rebelião curda, desde 1984. As cinco mil mortes violentas que ocorreram durante os confrontos de 1958 e 1963-1964, seguidos da guerra de 1974, em Chipre, em nada se comparam ao número de pessoas massacradas em Srebrenica, Bósnia, num único dia, em 1995 (legalmente reconhecido como o primeiro caso de genocídio na Europa a seguir ao Holocausto).⁶⁵

É difícil assumir-se uma posição concreta e consciente nesta questão: a divisão da ilha de Chipre e a conseqüente existência de três identidades (os Cipriotas, os Cipriotas Gregos na parte sul da ilha e os Cipriotas Turcos, na parte norte da ilha).

⁶⁴ Arlette Farge “ [...]nascida em 1941 em Charleville, é uma historiadora dedicada a pesquisas sobre as relações de género, comunidades podres, escrita de História, entre outros [...]” in “introdução” em *Lugares para a História*, Arlette Farge (2011), Coleção História e Historiografia.

⁶⁵ In Wikipédia https://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre_de_Srebrenica [01.10.2017]

Atendendo a um passado histórico e a todas as negociações já efetuadas, somos levados a concluir que os intervenientes nesta *história* contribuíram para o insucesso das conversações na resolução do conflito de Chipre.

O lado cipriota grego serviu-se da sua maioria para exercer pressões nas negociações com a parte contrária. Para além de não ter respeitado nem reconhecido a Constituição inicial para a criação da República de Chipre, em 1960, atuou à margem da lei com a conivência da Grécia e da Igreja Ortodoxa.

Por seu turno, o lado cipriota turco cometeu o seu grande erro ao executar o golpe de Estado de 1974, com a invasão de Chipre por tropas turcas.

Muitos entendem que, até esse momento, os cipriotas turcos tinham atuado dentro da lei e daquilo que lhes era legítimo fazer.

A presença turca, entendida como invasão de um território soberano, mudou completamente a atitude de todos para com a comunidade cipriota turca.

Após a invasão de 1974, a comunidade perdeu a sua legitimidade ao agir em conluio com a Turquia, situação que se agravou ainda mais quando aprovou, unilateralmente, a República Turca de Chipre do Norte. Esta, para além de não ter sido reconhecida internacionalmente também não legitimou a comunidade cipriota turca.

Tanto a dissuasão como a mediação das Nações Unidas, também, nunca se mostraram suficientes. O problema na dissuasão é que a operação de manutenção da paz da ONU não se mostrou suficiente para travar o conflito, já quanto à mediação, os sucessivos secretários-gerais viram goradas as suas intervenções uma vez que as suas funções eram limitadas e os problemas que encontravam também já não eram os mesmos.

Atendendo a tudo o que se tem passado, o mais provável é que se mantenha a situação da divisão da ilha, devendo, no entanto, e na nossa opinião, serem criadas as instituições necessárias à legitimação das duas partes, num ambiente de liberdade.

Como se pode constatar, a divisão da ilha é uma divisão política que só interessa aos políticos e aos poderes garantes.

Dos documentários visionados,⁶⁶ somos levados a acreditar que também os cipriotas se sentem divididos quanto à partição da sua ilha, mas a grande maioria apresenta uma atitude *apática*, nalguns casos até desinteressada. Apenas desejam viver em paz, de forma harmoniosa. Outros, anseiam por uma reunificação que lhes dê a possibilidade de

⁶⁶ *The Green Line – Cyprus* em <https://www.youtube.com/watch?v=SFw1KTEoplk> [23.04.2017].

transpor a *Green Line*, sem qualquer problema. Consideram que Chipre é dos cipriotas. Aí devem poder circular, por toda a ilha sem problemas, sem que, para tanto, tenham de obter uma autorização ou um passaporte como se se tratasse de uma entrada num país longínquo e desconhecido.

Questionados sobre quem melhor aceita a reunificação, o que se verifica é que, na comunidade cipriota turca, os jovens aceitam sem problemas a reunificação, mas os mais idosos colocam as suas reservas. Na comunidade cipriota grega, verifica-se o contrário com os mais velhos a aceitar a reunificação, mas com os mais novos a não quererem sequer falar nisso.

Nos últimos 50 anos o que temos verificado é que não tem havido, de parte a parte, uma grande vontade em resolver a questão. Apesar do pedido efetuado pelo Conselho de Segurança da ONU para que cessassem de imediato o conflito, o certo é que nem Ancara nem Atenas reagiram ao pedido.

Os dois lados da ilha mantêm-se distintos, cada um com a sua língua, com a sua moeda, com o seu estilo de vida, com as suas tradições.

A zona tampão da ONU é uma zona neutra e é o único local na ilha aonde tanto cipriotas gregos como cipriotas turcos entram sem problemas, aonde podem tomar um café, aprender o idioma ou simplesmente conviver com amigos do lado contrário.

Desde a invasão turca, o aeroporto de Nicósia, agora sob controlo turco, nunca mais foi utilizado. Por entre ervas secas que vão ocupando as pistas de aterragem, ali permanecem as sucatas de aviões que, outrora, cruzaram os céus de Chipre.

Colocada estrategicamente numa encosta, a bandeira turca, com um tamanho equivalente a doze estádios de futebol, recorda que nos encontramos no lado da República Turca de Chipre do Norte, Estado apenas reconhecido pela Turquia.

Desde há séculos que o islão se encontra instalado nessa parte da ilha, mas as pessoas encaram a religião tranquilamente, sem haver uma manifesta obsessão pela mesma. Os mais velhos passam as tardes a jogar, nos cafés. Os mais novos nem sequer frequentam as mesquitas.

A Alta Autoridade Religiosa Turca mandou construir vinte e seis novas mesquitas e reformou quarenta e cinco das já existentes, o que mostra bem a tentativa e a pressão massiva para converter os cipriotas turcos em bons muçulmanos.

A islamização do norte é uma das coisas que não pode ser gravada nem difundida pelos *mass media*, é proibido, ou pelo menos não permitido, fazê-lo.

Em todas as mesquitas existem duas bandeiras hasteadas: a da Turquia e a do Norte de Chipre. É a autodenominada “mãe pátria”, apesar dos grafitis nas paredes de Lefkosa afirmarem “*não queremos mais mães*”.

Com uma islamização ativa na zona do Norte de Chipre, sobretudo nas escolas, em que os manuais escolares se encontram escritos em turco, o ensino acaba por ser adaptado tanto em função da língua como da religião.

Com o mesmo intuito, a Oficina de Coordenação de Desporto, Cultura e Religião dos Jovens tem por objetivo, como diz o próprio nome, apoiar os jovens em diversas matérias, mas acaba por ser uma instituição aonde se fala mais de religião que de futebol ou cultura.⁶⁷

Difícilmente Chipre verá a sua situação resolvida. Seja por falta de vontade dos seus dirigentes ou das suas duas maiores comunidades, o certo é que a ilha se tem mantido ao longo dos anos “conformada” com a sua divisão não mostrando vontade numa solução futura, unidos apenas pelo medo e desconfiança mútuos.

⁶⁷ Documentário *Yourope: Chipre, el sueño de la reunificación* em <http://www.arte.tv/guide/es/064511-008-A/yourope-chipre-el-sueno-de-la-reunificacion> [15.01.2017].

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

ASBRIDGE, Thomas (2004), *The First Crusade: A New History*, Oxford.

AVEROFF, Evangelos T. (1968), *Lost Opportunities: The Cyprus Question, 1950-1963*, New York, Caratzas.

BARRINHA, André (2011), *Turquia*, In Maria Raquel Freire (coord.), *Política Externa. As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

BARTH, Fredrik, (1969), "Introduction", in Fredrik Barth edition, *Ethnic Groups and Boundaries - The Social Organization of Culture Difference*, Waveland Press, Inc, Long Grove, Illinois.

BLANC, Cláudio (2016), *Guia História das Cruzadas*, On Line Editora.

BREY, Hansjörg (1999), *Turkey and the Cyprus Question*, In *The International Spectator: Italian Journal of International Affairs*, 34:1, pp.111-121.

CHRISTOU, George (2005) *The European Union and Enlargement: The case of Cyprus*. London: Palgrave Macmillan.

CONSTAS, Dimitri (1991), *The Greek-Turkish Conflict in the 1990's - Domestic and External Influences*, London Macmillan.

COPEAUX Etienne, **MAUSS-COPEAUX** Claire (2005) *Taksim ! Chypre divisée*, Lyon, Aedelsa.

COUFOUDAKIS, Van (2006), *Cyprus. A Contemporary Problem in Historical Perspective*, Minneapolis: University of Minnesota.

COUFOUDAKIS, Van (1976), *Essays on the Cyprus Conflict*, New York, Pella Publishing Company.

CRAWSHAW, Nancy (1978), *The Cyprus Revolt: An Account of the Struggle for Union with Greece*, London. George Allen & Unwin.

D. MACRIS, Nicolas (2003), *The 1960 Treaties on Cyprus and Selected Subsequent Acts*, Bibliopolis, Mannheim und Mohnesee.

D. STEFANIDIS, Ioannis (1999), *Isle of Discord – Nationalism, Imperialism and the making of the Cyprus Problem*, New York University Press.

- DENKTAS**, Rauf R. (2004) *The Cyprus Problem – What is it – How Can it be Solved?* TRNC: Cyprus Research & Publishing Centre.
- DIEZ**, Thomas (org.), (2002) *The European Union and the Cyprus Conflict, Modern Conflict, Postmodern Union*. Manchester, Manchester University Press.
- DODD**, Clement H (org.) (1998) *The Cyprus Imbroglia*. Huntingdon, Eothen Press.
- ELIAS**, Norbert e **SCOTSON**, John L. (2001), *Logiques de l'exclusion*, Paris, Pocket.
- FARGE**, Arlette (2011), *Des lieux pour l'Histoire*, Edition du Seuil, em português *Lugares para a História*, Coleção História e Historiografia, Editora Autêntica.
- FERNANDES**, José Pedro (2008), *A questão de Chipre: implicações para a União Europeia e a adesão da Turquia*, Edições Almedina.SA, Coimbra.
- GIDDENS**, Anthony (2008), *Sociologia*, Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação e Bolsas.
- GREEN**, Pauline, **COLLINS**, Grey (2003) *Embracing Cyprus: The Path to Unity in the New Europe*, London, I.B. Tauris.
- HALBWACHS**, Maurice, (1997) [1950], *La Mémoire Collective*, Paris, Presses Universitaires de France.
- HALBWACHS**, Maurice, (1994) [1925], *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, Paris, Presses Universitaires de France.
- HALL**, Stuart, 'Introduction: Who Needs "Identity"?' in Stuart Hall and Paul du Gay (eds), *Questions of Cultural Identity* (London: Sage, 1996).
- HANNAY**, David (2005), *Cyprus, The Search for a Solution*, London-New-York, I.B. Tauris.
- HERNANDO A.**, 2002, *Arqueologia de La Identidad*, Madrid, Akal.
- HILL**, George (2010), *A History Of Cyprus – Volume 4 – The Ottoman Province – The British Colony. 1571-1948*, Cambridge University Press, New York.
- HIRSCHFELD**, Gustav (1972), "Cyprus" in George Hill (org), *History of Cyprus*, Volume I, Cambridge, Cambridge University Press.
- HITCHENS**, Christopher (1984), *Cyprus*, Quartet Books.

HOLLAND, Robert (1998), *Britain and the Revolt in Cyprus, 1954- 1959*, Oxford, Clarendon Press.

ISMAIL, Sabahattin (1999), *Cyprus Peace Operation: Reasons-Development-Consequences*, Lefkosa, Akdeniz News Agency, 2000.

JAMES, Alan (2002), *Keeping the Peace in the Cyprus Crisis of 1963–64*, Palgrave Publishers Ltd.

JENNINGS, Ronald C., (1992), *Christians and Muslims in Ottoman Cyprus and the Mediterranean World, 1571-1640*, New York University Studies in Near Eastern Civilization Number XVIII, New York University Press, New York and London.

JENKINS, Richard (2014), *Social Identity*, 4th edition, Routledge Taylor & Francis Group, London and New York.

KER-LINDSAY, James (2007), *The policies of Greece and Cyprus towards Turkey's EU accession*, In *Turkish Studies*.

KER-LINDSAY, James, e **RICHMOND**, Oliver P., (2001), *The Work of the UN in Cyprus, Promoting Peace and Development*, Palgrave.

KIZILYÜREK, Niyazi (2005), *Modernity, nationalism and the emergence of the ethnic conflict in Cyprus*, em *I quaderni di Merifor* (Centre for Advanced Studies in The Mediterranean) *Ciprio Oggi*, sob a orientação de Giampiero Bellingeri e Matthias Kappler.

KNAPP, A.B.,(2008), *Prehistoric and Protohistoric Cyprus. Identity, Insularity and Connectivity*, Oxford, Oxford University Press.

LALANDA, P., 2005, “ *A Identidade é sempre uma relação. Uma introdução ao uso do conceito de Identidade*” – Actas das III's Jornadas/Congresso do Arquivo de Beja I: 39-42. Beja; Câmara Municipal de Beja.

MIDDLETON, David e **EDWARDS**, Derek (1992), “*Introducción*”, David Middleton e Derek Edwards, eds., *Memoria Compartida: la Natureza Social del Recuerdo y del Olvido*, Barcelona, Ediciones Paidós.

MIRBAGHERI, Farid ((1998), *Cyprus and International Peacemaking 1964-1986*, Routledge, New York.

MOULAKIS, Athanasios (2007), *Power-sharing and its discontents: Dysfunctional constitutional arrangements and the failure of the Annan Plan for a reunified Cyprus*, In *Middle Eastern Studies*.

O'MALLEY, Brendan e **CRAIG**, Ian (2001), *The Cyprus Conspiracy – America, espionage and the Turkish invasion*, I.B. Tauris Publishers, London, New York.

PAPADAKIS, Yannis (2005), *Echoes From the Dead Zone*, New-York: I.B. Tauris.

PHILLIPS, Jonathan (2005), *La cuarta cruzada y el saco de Constantinopla*, 1ª Ed. Barcelona, Crítica, S.L.

PSALTIS, Charis (2012), *Culture and social representations: A continuing dialogue in search for heterogeneity* in social developmental psychology. *Culture & Psychology*, 18, 375–390.

PSALTIS, Charis (2016), *Collective memory, social representations of intercommunal relations and conflict transformation in divided Cyprus. Peace and Confl* in *Journal of Peace Psychology*.

RAMON, Isabel de Cabo (2005), *Turquía, Grecia y Chipre - Historia del Mediterráneo oriental*, Publicaciones I Ediciones de la Universitat de Barcelona.

RICHMOND, Oliver P. (1998), *Mediating in Cyprus: The Cypriot Communities and the United Nations*, Routledge, New York.

STAVRIDIS, Stelios(2008), *La Unión Europea y el conflicto chipriota (1974-2006)* Icaria Editorial, S.A, Barcelona.5.

STEPHEN, Michael (2001), *The Cyprus Question*, London: Northgate Publications

THIESSE, Anne-Marie (1999), *La création des identités nationales. Europe XVIII-XX siècle*. Paris, Editions du Seuil.

VARNAVA, Andrekos e **FAUSTMANN**, Hubert (orgs.), (2009) *Reunifying Cyprus – The Annan Plan and Beyond*. London-New-York: I.B. Tauris.

ZERUBAVEL, Eviatar, (2003), *Time Maps: Collective Memory and the Social Shape of the Past*, Chicago, The University of Chicago Press.

LIVROS ELETRÓNICOS

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA (DPLP) disponível em <https://www.priberam.pt>

Joseph; S. Joseph, (Julho 1999), CYPRUS: ETHNIC CONFLICT AND INTERNATIONAL POLITICS disponível em <http://www.palgraveconnect.com/pc/doi/10.1057/9780333983454> [20.11.2016]

MALLINSON, William, *CYPRUS A HISTORICAL OVERVIEW* disponível em [http://www.mfa.gov.cy/mfa/Embassies/Embassy_Warsaw.nsf/All/85998E6B7AD7E574C1257AE700446FF3/\\$file/Cyprus,+A+Historical+Overview+\(2011\).pdf](http://www.mfa.gov.cy/mfa/Embassies/Embassy_Warsaw.nsf/All/85998E6B7AD7E574C1257AE700446FF3/$file/Cyprus,+A+Historical+Overview+(2011).pdf) [12.01.2016]

T.STAVRIDIS, Stavros, *MODERN CYPRUS 1878–1974: AN OVERVIEW*, Hellenic Heritage Institute, artigo disponível em http://www.hellenicheritageinstitute.org/_documents/Article-ModernCyprus_1878-1874.pdf [04.02.2016]

THE HANBOOK OF CYPRUS, London, Macmillan and co., 1920. - Handbooks Prepared Under the Direction Of The Historical Section Of The Foreign Office – N° 65, Library Congress, disponível online: <http://www.history.ac.uk/library> [04.02.2016]

ZAPHIRIOU, Lefkios et al (2012), *The Loss Of A Civilization: destruction of cultural heritage in occupied Cyprus*, Editor Miltos Miltiadou. Disponível online [http://www.moi.gov.cy/moi/pio/pio.nsf/All/B9BE36B80832A97CC225759400247A9C/\\$file/THE%20LOSS%20OF%20A%20CIVIL%20\(EN\)%20final%202012.pdf](http://www.moi.gov.cy/moi/pio/pio.nsf/All/B9BE36B80832A97CC225759400247A9C/$file/THE%20LOSS%20OF%20A%20CIVIL%20(EN)%20final%202012.pdf) [21.01.2016]

ARTIGOS EM REVISTAS OU JORNAIS

EVRIVIADES, Marios L. *Greek Policy and Cyprus: An Interpretation*, Journal of the Hellenic Diaspora, Vol. 14, No. 3-4, (Fall 1987), pp. 25-48.

RICHMOND, Oliver P. (1999), *Ethno-nationalism, sovereignty and negotiating positions in the Cyprus conflict: obstacles to a settlement*, In Journal Middle Eastern Studies, Volume 35.

THIESSE, Anne-Marie, *Des fictions créatrices: les identités nationales*, Romantisme, 2000, n°110. De la représentation, histoire et littérature, pp 51-62.

VOLKAN, Vamık (2008), *Trauma, Identity and search for a solution in Cyprus*, Published by SETA Foundation for Political, Economic and Social Research. *Insight Turkey*, Vol.10, N° 4, p.p. 95-110.

DOCUMENTÁRIOS

A Ilha de Chipre: <https://www.youtube.com/watch?v=bAwto68jEuI&t=1908s>
[12.01.2016]

Biography of Atatürk: <https://www.youtube.com/watch?v=9YVXs1LAeA> [04.01.2016]

Cyprus: Anatomy of a Crisis: <https://www.youtube.com/watch?v=iPdZGQqBeE8>
[12.01.2016]

Cyprus-Britains grim Legacy: <https://www.youtube.com/watch?v=oCXbGq5Ukzw>
[12.01.2016]

Cyprus: Digging the Past in Search of the Future:
https://www.youtube.com/watch?v=RGh_rbPLfV4 [12.01.2016]

Homeland (Turkish Cypriot Documentary):
<https://www.youtube.com/watch?v=c5BqqejHbjA&t=306s> [25.04.2016]

The Cyprus Problem, Still Divided 1974:
<https://www.youtube.com/watch?v=9QjnFqqt8BM&t=114s> [04.01.2016]

The Green Line – Cyprus: <https://www.youtube.com/watch?v=SFw1KTEoplk>
[25.04.2016]

Yourope: Chipre, el sueño de la reunificación: <http://www.arte.tv/guide/es/064511-008-A/yourope-chipre-el-sueno-de-la-reunificacion> [15.01.2017]

PÁGINAS ELETRÓNICAS

<http://countrystudies.us/cyprus/10.htm>, [13.11.2016]

https://en.wikipedia.org/wiki/History_of_Cyprus_since_1878

http://janusonline.pt/images/anuario2015/2.6_PauloVicente_Chipre.pdf [07.01.2017]

<http://library.ucy.ac.cy/en>

<http://mkp-archive.blogspot.pt/#!/2012/04/cyprus-bibliography-introduction.html>
[18.03.2017]

<http://research.un.org/en/docs/secretariat/sg/thant> [18.12.2016]

<https://sites.google.com/site/chipreisla/historia> [22.01.2016]

http://static.publico.pt/dossiers/chipre/imagen/fotos/chipre_info.gif [07.01.2017]

<https://unficyp.unmissions.org/> [01.12.2016]

https://wwi.lib.byu.edu/index.php/Treaty_of_Lausanne

<http://www.akel.org.cy/en/?p=1352> [12.01.2016]

<http://www.bbc.co.uk/programmes/b0415j5d> [01.01.2017]

<http://www.britannica.com/place/Cyprus/Government-and-society#toc214649>
[21.01.2016]

<http://www.cmp-cyprus.org/> [15.01.2017]

http://www.consilium.europa.eu/en/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/ec/73852.pdf
[07.01.2017]

<http://www.cypnet.co.uk/ncyprus/history/republic/makarios-speech.html> [21.01.2016]

<http://www.cyprus-conflict.org/materials/galoplaza/index.html> [18.12.2016]

<http://cyprus-mail.com/2013/12/22/1963-is-still-a-historical-minefield/> [18.03.2017]

<http://www.cyprusonfilm.com/index.php?pageaction=fls&modid=Films&catid=3&filid=12>
[23.11.2016]

<http://www.greeknewsonline.com/video-gallery/> [14.01.2017]

http://www.hri.org/docs/annan/Annan_Plan_April2004.pdf [07.01.2017]

<http://www.mfa.gov.tr/default.en.mfa> [19.03.2017]

<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unficyp/> [01.12.2016]

<http://www.un.org/en/sc/documents/volumes/> [10.04.2017]

https://www.revolvvy.com/topic/Sir%20Garnet%20Joseph%20Wolseley&item_type=topic
[21.11.2016]

<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Cyprus%20S6253.pdf> [18.12.2016]

http://www.turkishconsulategeneral.us/abtturkey/cypr/hist_rep.shtml [25.03.2017]

<http://www.uncyprustalks.org/>

<https://www.wdl.org/pt/item/11912/> [12.01.2016]

ANEXOS

**ENTREVISTA EFECTUADA
AO PROFESSOR DOUTOR JOSÉ PEDRO TEIXEIRA FERNANDES**

Questões colocadas, por escrito, ao **Professor Doutor José Pedro Teixeira Fernandes**, autor do livro *A Questão de Chipre: Implicações para a União Europeia e a Adesão da Turquia* (2008), Editora Almedina.

Teresinha Pereira - A adesão à União Europeia foi, de alguma maneira, um fator pacificador na relação norte/ sul da ilha ou, pelo contrário, motivou ainda mais o *taksim* pretendido pelos turcos?

Prof. José Pedro Teixeira Fernandes - A União Europeia tem um papel limitado na questão de Chipre. Embora a adesão de Chipre tenha contribuído para criar um clima de maior segurança (valorizado sobretudo a Sul, entre os cipriotas gregos, devido à presença militar da Turquia na parte Norte), não alterou substancialmente os dados do problema. Apesar de tudo, a entrada na UE trouxe mais bem-estar económico, ao qual os cipriotas turcos, naturalmente também ambicionam aceder, bem como a possibilidade de livre circulação no interior do espaço europeu, muito valorizada. Facilitou, também, alguns passos de aproximação, nomeadamente a circulação entre as duas partes da ilha. Mas, tal como antes da adesão, as negociações de reunificação decorrem no âmbito das Nações Unidas. Por outro lado, a UE não foi capaz de pressionar suficientemente ambas as partes ao ponto de chegarem mesmo a um acordo, nem a Turquia, como país candidato à adesão, para facilitar o processo de reunificação, e retirando ou reduzindo significativamente, a presença militar a Norte. O conflito é particularmente complexo, mas a questão de Chipre acaba por ser, de alguma forma, um falhanço da União Europeia afetando a sua imagem como ator internacional mediador credível.

TP - Em relação à União Europeia, apesar de, em anteriores pedidos, nunca se ter verificado um com uma situação semelhante (país dividido), o que levou a União Europeia a alterar a sua política de adesão?

Prof. JPTF - A União Europeia e as suas políticas são, a maioria das vezes, o resultado de um conjunto complexo de interesses e de concessões entre Estados-membros. Isso nem sempre as torna particularmente coerentes. Assim, a questão tem de ser vista no quadro mais geral dos alargamentos ao Centro e Leste Europeu e à Turquia. Os Estados-membros tinham, na época, perspetivas e interesses divergentes sobre os novos (potenciais) candidatos à adesão. Acabou por funcionar uma lógica maximalista de concessões. A

aceitação da adesão de Chipre — mesmo que não reunificado —, só pode ser entendida nesse contexto e também como uma concessão para afastar as resistências de outros membros à abertura de negociações com a Turquia.

TP - Quem tem lucrado com toda esta situação, se é que existe alguém?

Prof. JPTF - A atual divisão da ilha não deixa nenhum dos atores principais (cipriotas gregos, cipriotas turcos, Turquia, Grécia e Reino Unido) totalmente satisfeitos. Todavia, a Turquia é, provavelmente, o Estado a quem menos desagradará esta situação. A divisão da ilha corresponde a uma ideia antiga da sua diplomacia, formulada desde os anos 1950 / 1960. O grande inconveniente para esta é o não reconhecimento internacional "*de iure*" da situação de facto existente, ou seja, de um Estado independente cipriota turco a Norte. No caso da adesão à União Europeia, acaba por não ser hoje um problema relevante, pois a Turquia de Erdogan está noutra lógica política, que não a dos valores europeus e da integração na União Europeia. Por outro lado, também para o Reino Unido a situação não é particularmente negativa, pois torna a reivindicação cipriota sobre a renegociação das suas duas bases militares um assunto secundário.

TP - Na opinião do Professor, quais foram os principais culpados da divisão? Havia outra solução?

Prof. JPTF - A resposta é complexa e há diversos responsáveis em graus variáveis. Numa síntese muito curta podem-se referir os seguintes aspetos. A forma como os britânicos conduziram as negociações de independência, abrindo a porta à Turquia nestas, é claramente uma delas. A ambição (neo)otomana da Turquia, de recuperar territórios perdidos do Império é outra. Há também culpas de ambas as comunidades (cipriotas gregos e cipriotas turcos), que não souberam gerir as suas divergências da melhor maneira. Quanto à Grécia, na altura da ditadura dos coronéis, em 1974, acabou por dar à Turquia o pretexto para intervir e criar a atual divisão de facto na ilha.

TP - Dos documentários visionados, na internet, fica-se com a ideia de que a nova geração, talvez por já ter nascido numa ilha dividida, não se incomoda com essa situação, pretendendo apenas que as relações entre as duas partes se desenrolem em harmonia. Os mais velhos, no entanto, nem querem ouvir falar num possível entendimento. Não sei se o

Professor conhece Chipre, mas do vasto conhecimento que possui da questão, qual acha possa ser o provável caminho a seguir? União ou dois Estados Federados e um Governo federal?

Prof. JPTF - A questão não se coloca bem assim. Já estive na ilha e observei a realidade no terreno. As gerações mais novas não têm memórias diretas do conflito, nem de viverem do outro lado da ilha, seja a Norte ou a Sul. Não valorizam a questão das negociações de reunificação tanto como as gerações mais velhas. Também não têm para elas a mesma carga emocional. As gerações mais velhas querem normalmente a reunificação — isso é muito claro entre os cipriotas gregos —, mas são, também, as mais exigentes na forma como esta deverá ser feita, nomeadamente quanto à recuperação / indemnização das suas casas e propriedades que perderam (um assunto extraordinariamente sensível). Quanto à União de dois Estados, julgo que não será aceite pelos cipriotas gregos — na prática, seria um reconhecimento da legitimidade da divisão e ocupação da parte Norte pela Turquia. O modelo federal poderá ser a solução, mas há muitos detalhes complexos nos arranjos de poder entre as duas comunidades difíceis de acertar. Há um aspeto que dificulta muito a reunificação: na parte Norte a maioria da população já não são os cipriotas turcos de origem mas população turca, que veio da Turquia desde os anos 1970.

Bem-haja pela disponibilidade, Professor Doutor José Pedro Teixeira Fernandes.

CRONOLOGIA DA CONQUISTA OTOMANA À ADESÃO DE CHIPRE À UNIÃO EUROPEIA ⁶⁸

⁶⁸ Parte desta cronologia foi retirada do livro de Ioannis D. Stefanidis, *Isle of Discord- Nationalism, Imperialism and the making of the Cyprus Problem*, da página eletrónica da BBC <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/1021835.stm>, e da publicação *Chipre de Ayer y de Hoy* (2003) da Oficina de Prensa e Informácion, República de Chipre. A partir de 2012 até 2017, é da nossa autoria.

PERÍODO DE DOMÍNIO OTOMANO, 1571-1878

- **1571:** Os Otomanos conquistam Chipre.
- **1832:** Independência da Grécia.
- **1869:** Abertura do Canal Suez.

PERÍODO DE DOMÍNIO BRITÂNICO, 1878-1960

- **1878:** Chipre é “arrendada” ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda.
- **1914:** Em virtude do início da Primeira Grande Guerra e tendo-se aliado à Alemanha a Turquia, a ilha de Chipre é anexada à Grã-Bretanha.
- **1922:** a Grécia é derrotada na Anatólia. A monarquia otomana é abolida por Mustafa Kemal.
- **1923:** Através do Tratado de Lausanne, a Turquia reconhece a anexação de Chipre à Grã-Bretanha.
- **1925:** Chipre torna-se uma colónia da coroa britânica.
- **1931:** Motins antibritânicos levam à suspensão de alguns direitos civis.
- **1945:** Os direitos civis são repostos parcialmente e é formado o partido comunista AKEL.
- **1946:** O governo trabalhista anuncia reformas constitucionais e económicas.
- **Setembro de 1949:** Fim da Guerra Civil na Grécia.
- **Outubro de 1950:** Makarios III é eleito Arcebispo de Chipre.
- **Março de 1951:** Grécia e Turquia são aceites como membros da NATO.
- **1952**
 - **Julho de 1952:** Makarios denuncia o governo grego por este não recorrer à ONU.
 - **Novembro de 1952:** Field Marshal Papagos é eleito Primeiro-ministro grego.
- **1955**
 - **24 Fevereiro de 1955:** A Turquia e o Iraque assinam uma aliança de defesa, o Pacto de Bagdad, também conhecido como Organização do Tratado do Centro.
 - **Abril de 1955:** Começa a luta armada do EOKA.

- **Outubro de 1955:** Morre Papagos sucedendo-lhe como Primeiro-ministro Karamanlis.
- **Dezembro de 1955:** O partido AKEL é proibido em Chipre.
- **Março de 1956:** As conversações entre o Governador Harding e Makarios falham. O Arcebispo é deportado para as ilhas Seychelles.
- **Março de 1957:** Makarios regressa, do exílio, à ilha de Chipre.
- **1959**
 - **11 Fevereiro de 1959:** É assinado o Acordo de Zurique entre o Reino Unido, a Grécia e a Turquia sobre os princípios fundamentais para a formação da República de Chipre.
 - **19 Fevereiro de 1959:** São assinados os acordos de Londres entre o Reino Unido, Grécia, e Turquia com os princípios fundamentais para a formação da República de Chipre.
 - **Dezembro de 1959:** O Arcebispo Makarios é eleito primeiro Presidente de Chipre.

A REPÚBLICA DE CHIPRE COMO ESTADO INDEPENDENTE

- **16 Agosto de 1960:** Proclamação da independência da República de Chipre. A ilha torna-se membro da Commonwealth.
- **1963**
 - **12 Setembro de 1963:** É assinado o Acordo de Associação entre a Turquia e a UE.
 - **30 Novembro de 1963:** O Arcebispo Makarios propôs ao seu vice-presidente Fazil Küçük, 13 emendas para facilitar o funcionamento do aparelho de Estado. Estas emendas tinham algumas inaplicabilidades face à constituição, e foram aprovadas apenas pelos cipriotas gregos.
 - **21 Dezembro de 1963:** “Natal Sangrento” - dois Cipriotas Turcos são mortos por um polícia Cipriota Grego. Após este confronto, os Cipriotas Turcos abandonaram os seus lugares no Parlamento e na administração pública.

- **1964**
 - **04 Março de 1964:** O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a resolução 186 (1964) que previa o estacionamento de uma força, a *United Nations Peacekeeping Force in Cyprus* (UNFICYP), para manter a paz e travar a violência em Chipre. Esta resolução marcou o reconhecimento da administração Cipriota Grega como sendo o governo da República de Chipre.
 - **01 Dezembro de 1964:** Entra em vigor o Acordo de Associação entre a Turquia e a UE.
- **19 Dezembro de 1972:** É assinado o Acordo de Associação entre a República de Chipre e a UE.
- **01 Junho de 1973:** Entra em vigor o Acordo de Associação entre a República de Chipre e a UE.
- **1973:** Eleições presidenciais em Chipre. Reeleição do Arcebispo Makarios.

INVASÃO TURCA - 1974

- **1974**
 - **15 Julho de 1974:** Primeira ofensiva do exército turco. A Junta Militar grega no poder através da denominada “Organização Nacional dos Lutadores Cipriotas” (EOKA-B), organiza um golpe de estado contra o Presidente Makarios.
 - **20 Julho de 1974:** Intervenção Turca para por fim à luta armada e salvar os Cipriotas Turcos.
 - **16 Agosto de 1974:** Segunda ofensiva do exército turco, que ocupou cerca de 37% da parte norte da ilha e conseqüente reagrupamento da população das duas comunidades.
- **13 Fevereiro de 1975:** É estabelecido um Estado Federal Cipriota Turco (Kibris Türk Federe Devleti).
- **12 Fevereiro de 1977:** Acordo entre o Presidente Rauf Denktaş e o Arcebispo Makarios que fixa a base para as conversações entre as duas comunidades.

- **3 Agosto de 1977:** Makarios morre sucedendo-lhe, como Presidente, o ex-ministro dos negócios estrangeiros Spyros Kyprianú, e como Arcebispo o Bispo Metropolitano de Pafos, Crisóstomo.
- **1978:** Reeleição do Presidente Spyros Kyprianú.
- **19 Maio de 1979:** É assinado o “Acordo ponto dez” entre o Presidente Rauf Denktash e Spyros Kyprianú. Este acordo fixa as bases para as conversações entre as duas comunidades.
- **1983**
 - **Fevereiro de 1983:** Reeleição do Presidente Spyros Kyprianú.
 - **15 Novembro de 1983:** Proclamação de Independência da República Turca do Norte de Chipre (*Turkish Republic of Northern Cyprus*). Apenas a Turquia reconhece a RTNC, considerando que a República de Chipre controla apenas a zona sul.
 - **18 Novembro de 1983:** O Conselho de Segurança da ONU adota a Resolução 541, onde considera a proclamação inválida, exige a sua anulação e apela a todos os Estados que não reconheçam nenhum outro Estado que não seja a República de Chipre.
- **14 Abril de 1987:** Pedido da Turquia para se tornar membro da UE.
- **01 Janeiro de 1988:** Entrada em vigor do protocolo da União Aduaneira entre a República de Chipre e a UE.
- **18 Dezembro de 1989:** Os Comissários da Comissão Europeia rejeitam o pedido turco, mas confirmam a elegibilidade da Turquia para integrar a UE.
- **04 Julho de 1990:** Pedido do Governo da República de Chipre para que toda a ilha se torne membro da UE.
- **02 Abril de 1992:** O Conselho da Europa publica o Parecer da Comissão Europeia dos Direitos Humanos no qual condena a Turquia por violação massiva dos Direitos Humanos em Chipre.
- **1993**
 - **14 Fevereiro de 1993:** Glafcos Cleridis é eleito Presidente da República de Chipre.
 - **30 Junho de 1993:** Os Comissários da UE declaram-se a favor da abertura das negociações de adesão de Chipre.

- **04 Outubro de 1993:** O Conselho Europeu na Cimeira do Luxemburgo aprova a opinião dos Comissários Europeus.
- **24-25 Junho de 1994:** Durante a Presidência Grega na Cimeira de Corfu é declarado que o próximo alargamento será a Chipre.
- **01 Janeiro de 1996:** Entrada em vigor do acordo de União Aduaneira entre a UE e a Turquia.
- **12-13 Dezembro de 1997:** No Conselho Europeu do Luxemburgo é tomada a decisão de iniciar as conversações com a República de Chipre.
- **1998**
 - **15 Fevereiro de 1998:** Reeleição de Glafcos Clerides.
 - **12 Março de 1998:** O Presidente Cipriota Grego, Glafcos Clerides, convida a comunidade cipriota turca para se juntarem ao grupo de negociações cipriota. A Presidência Britânica durante a Conferência Europeia em Londres transmitiu que o convite se estendia também aos líderes cipriotas turcos. No entanto o convite foi recusado pela RTNC.
 - **31 Março de 1998:** A República de Chipre inicia as negociações de adesão à União Europeia.
 - **10 Novembro de 1998:** Princípio efetivo das negociações de adesão da República de Chipre.
- **2001**
 - **10-11 Dezembro de 2001:** O Conselho Europeu de Helsínquia afirmou que o ajustamento da política em Chipre não constituiria uma pré-condição para a adesão de Chipre à UE. A candidatura da Turquia, após Chipre, levou a que a Grécia vetasse a proposta.
 - **04 Dezembro de 2001:** Início das conversações frente-a-frente entre os Presidentes Denktash e Clerides.
 - **14-15 Dezembro de 2001:** O Conselho Europeu de Laeken expressou a sua determinação em dar como concluídas, no final de 2002, as negociações de adesão.
- **2002**
 - **21 Janeiro de 2002:** Início das negociações entre os líderes cipriotas gregos e turcos.

- **11 Novembro de 2002:** O Secretário-geral da ONU, Kofi Annan, apresenta o *Basis for Agreement on a Comprehensive Settlement of the Cyprus Problem*, Plano Annan.
- **12-13 Dezembro de 2002:** O Conselho Europeu de Copenhaga dá as boas vindas a Chipre como membro da UE a partir de 1 de Maio de 2004 (apesar da questão de Chipre ainda não se encontrar resolvida).

➤ **2003**

- **12 Janeiro:** são retomadas as negociações entre a comunidade cipriota grega e a comunidade cipriota turca.
Rauf Denktash, líder da comunidade turca, apoiado pelo exército de Ancara, opõe-se ao Plano Annan.
- **Fevereiro:** Tassos Papadoulos venceu Cleridas nas eleições presidenciais de Chipre.
- **23 Abril:** o governo cipriota turco autorizou as pessoas a atravessar livremente a "linha verde" que separa as duas maiores comunidades da ilha.

➤ **2004**

- **24 Abril:** No referendo sobre a reunificação, a proposta apresentada pela ONU é rejeitada com 75,8% dos cipriotas gregos, enquanto os cipriotas turcos concordaram com o mesmo com 64,9% dos votos.
- A União Europeia acede em tomar uma posição para acabar com o isolamento da comunidade cipriota turca

- **ADESÃO À UNIÃO EUROPEIA**

- **1 Maio:** Chipre é um dos dez países que aderem à União Europeia, neste ano, mas é o único país que o faz na situação de dividido.
- **13 Junho:** Na parte grega da ilha decorreram as eleições europeias. Os partidos opositores ao plano de reunificação ganharam quatro dos seis lugares reservados a Chipre.

➤ **2005:**

- **Abril:** Mehmet Ali Talat é eleito presidente cipriota turco.

- **Maio:** Cipriotas gregos e elementos da ONU iniciam negociações exploratórias sobre as possibilidades de um novo esforço diplomático pela paz.
 - **Junho:** O Parlamento ratifica a proposta da Constituição da União Europeia.
 - **Agosto:** avião cipriota caiu perto de Atenas, na Grécia, matando todos os seus ocupantes. Foi considerado o pior desastre ocorrido na ilha durante o período das negociações para a paz.
- **2008:**
- **Março:** O novo líder da ala esquerda, Demetris Christofias, e o líder cipriota turco Mehmet Ali Talat, acordam em iniciar conversações formais com vista à reunificação.
 - **Abril:** a Rua Ledra, em Nicósia, no cruzamento entre os sectores turco e grego (*Ledra Street Crossing Point*), é reaberta simbolicamente pela primeira vez desde 1964.
- **2011 - Setembro:** início de perfurações exploratórias para a prospeção de petróleo e gás levam a uma disputa diplomática com a Turquia, que responde com o envio de um petroleiro para águas ao largo do norte de Chipre.
- **2012:**
- **Abril:** Alegando falta de vontade, por ambas as comunidades, em chegarem a um acordo, a ONU cancela os planos para uma conferência sobre a situação de Chipre.

CRISE FINANCEIRA

- **Junho:** Chipre solicita ajuda financeira à União Europeia para reforçar os seus bancos fortemente expostos à economia grega.
- **2013 – Fevereiro:** Nicos Anastasiades, candidato pela Aliança Democrática de Chipre, é eleito Presidente da República de Chipre.
- **2014 – Outubro:** Chipre suspende as negociações de paz com os cipriotas turcos em protesto contra os chamados “esforços” da Turquia para impedir que explore campos de gás ao sul da ilha. Tanto a União Europeia como os Estados Unidos da América manifestam preocupação com esta situação.

São retomadas as negociações com vista à reunificação

- **2017 – Janeiro:** Em Genebra, recomeço das negociações entre o Presidente de Chipre, Nicos Anastasiades, e o dirigente cipriota turco, Mustafa Akinnci, com vista à reunificação sob um sistema federal.

A sessão de negociações anterior ocorrida na Suíça, a 22 de Novembro de 2016, fracassou. A de janeiro de 2017, também.

À data da conclusão deste trabalho, o impasse continua sem uma solução à vista.